

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS - CAHL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – SER

DANIEL SAMPAIO CARNEIRO

**A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA A PARTIR DA EDUCAÇÃO: OS LIMITES
E OS DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DO PNE (PLANO NACIONAL
DE EDUCAÇÃO) NO MUNICÍPIO DE IAÇU.**

CACHOEIRA – BA
OUTUBRO / 2014

DANIEL SAMPAIO CARNEIRO

**A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA A PARTIR DA EDUCAÇÃO: OS LIMITES
E OS DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DO PNE (PLANO NACIONAL
DE EDUCAÇÃO) NO MUNICÍPIO DE IAÇU.**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB,
em cumprimento parcial das exigências para obtenção
do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Ma. Marcela Mary Silva

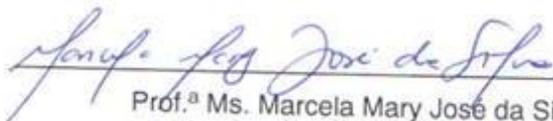
**CACHOEIRA – BA
OUTUBRO / 2014**

DANIEL SAMPAIO CARNEIRO

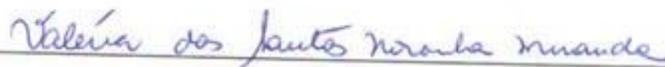
A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA A PARTIR DA EDUCAÇÃO:
os limites e os desafios para a consolidação do PNE (Plano Nacional de Educação) no município de
Iaçu.

Cachoeira – BA, aprovada em 09/10/2014.

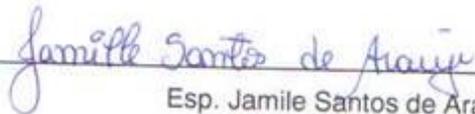
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Ms. Marcela Mary José da Silva
(Orientadora – UFRB)



Prof.ª Dr.ª Valéria dos Santos Noronha Miranda
(Membro Interno – UFRB)



Esp. Jamile Santos de Araújo
(Membro Externo)

AGRADECIMENTOS

Não posso deixar de agradecer, primeiramente, a Deus por ter me guiado nessa trajetória, sem ele jamais teria traçado meu caminho e feito a minha escolha pelo Serviço Social.

É difícil agradecer todas as pessoas que de algum modo, contribuíram direta e indiretamente na construção desse trabalho, portanto, agradeço a todos de coração.

Um agradecimento em especial a minha família, minha mãe, Dona Conceição e meu irmão, David, pelo constante estímulo, apoio e confiança a permanecer focado nos estudos, mesmo morando “longe”.

Agradeço, ao apoio incondicional dos bons amigos que sempre estiveram por perto de alguma maneira, mesmo estando longe.

Aos amigos de república que foram e são uma segunda família pra mim.

A minha namorada, Adriana, por sempre me aturar nos momentos tristes e felizes com seu apoio incondicional.

Agradeço, também, aos professores do Curso de Serviço Social, em especial á Professora Marcela, minha orientadora, pela intensa troca de conhecimentos tanto nos espaços formais ou informais de educação.

Enfim, agradeço a todos que me acolheram de braços abertos, na Universidade, em São Félix e no CRAS de Muritiba. Agradeço a todos que fizeram parte do meu estágio, momento determinante na minha vida, usuários, supervisores e desconhecidos, que mesmo sem saber, com um sorriso, um “Bom Dia” ou palavras de incentivo, deram sua contribuição para tornar este sonho uma realidade.

*“Dissestes que se tua voz
Tivesse força igual
À imensa dor que sentes
Teu grito acordaria
Não só a tua casa
Mas a vizinhança inteira.”*

(Há Tempos, Legião Urbana)

RESUMO

A educação nos dias atuais é tida como o grande processo, no qual, possibilitará o desenvolvimento do país. É um dos direitos fundamentais do indivíduo, garantido pelo o Estado e distribuída nacionalmente pelos entes federados (União, Estados e Municípios) de forma pública e gratuita, entretanto, nem sempre foi assim. Entender a totalidade, no qual, se engendra o processo educacional nacional é descortinar os diversos períodos políticos, econômicos e sociais que se configuraram durante a formação do Brasil contemporâneo. Assim, após análise da história da educação no país, discutimos a sua finalidade e seus objetivos, a mesma deve ser centrada no exercício da cidadania ou na busca contínua pela emancipação humana? Assim sendo, foram realizadas as pesquisas de campo no município baiano de laçu, na região da Chapada Diamantina, nos apresentando a dimensão de como a educação produz e reproduz a cidadania e qual tipo de cidadania apresenta-se no município. Com a pesquisa de campo foram levantadas muitas informações tanto qualitativas quanto quantitativas acerca da realidade do município, apesar disso, ainda existe um longo caminho a ser trilhado no que tange acesso e garantia de permanência dos munícipes no processo educacional, portanto, o projeto de educação formal, estabelecido em leis ainda deixa muito a desejar na sua prática real, sendo um reflexo apresentado em quase toda a estrutura nacional.

Palavras-chaves: Cidadania, educação, emancipação humana.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
CAPITULO 1: A POLITICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: DO RESGATE HISTORICO AO MARCO LEGAL.	11
CAPITULO II: EDUCAÇÃO: PARA A CIDADANIA OU PARA EMANCIPAÇÃO?	40
CAPITULO III: A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE IAÇU: OS DESAFIOS NA MATERIALIZAÇÃO COTIDIANA DESSE DIREITO.	51
3.1. Um pouco de história:	51
3.2. A educação do município de Iaçu: os desafios enfrentados para a construção da cidadania.	54
3.3. Níveis e modalidades de ensino: os desafios cotidianos.	57
4. CONCLUSÃO	75
5. REFERENCIAS.....	77

1. INTRODUÇÃO

No Brasil atual, o tema educação é tido pelo senso comum como o grande investimento para o desenvolvimento, as campanhas eleitorais são realizadas em volta desde preceito de garantia ao acesso e a permanência da população ao ensino de qualidade. Nem sempre essa realidade foi assim, a história do Brasil é repleta de descaso e abandono, principalmente o que tange o Direito a educação.

O objetivo dessa pesquisa foi entender como a educação se constituiu no Brasil nos âmbitos histórico e legal para termos uma compreensão de como a mesma se materializa nos dias atuais precisamente no município baiano de laçu. Além disso, procurou-se explicitar a evolução dos principais dispositivos legais que sustentam a política educacional em toda a formação da Sociedade brasileira, sendo um resgate importante para compreensão dos dispositivos legais que sustenta o direito a educação nos dias atuais. Como a evolução das leis acompanhou a evolução do Direito a educação, assim abre-se a discussão desde a vinda dos primeiros jesuítas com o predomínio religioso até a promulgação da Constituição Federal em 1988, PNE (Plano Nacional de Educação) e LDB em 1996.

Desta forma, o trabalho será dividido em 3 capítulos. Na primeira parte fará o resgate histórico da educação, ressaltando os principais acontecimentos do marco legal que levaram a influenciar a política de educação nacional e como estes contribuíram ou não para o avanço do Direito a educação em seus diferentes períodos históricos.

No segundo capítulo será analisado o direcionamento da educação, esta deve ser respaldar na garantia do exercício da cidadania ou na prevalência da emancipação humana? Entendendo a emancipação humana como o estágio, no qual, o indivíduo não só tem reconhecido os direitos fundamentais da cidadania (Direito Civil, Político, Social), além disso, prevalecendo a garantia dos chamados Direitos de solidariedade e a participação dos indivíduos na construção da chamada soberania popular, na qual, colocaria as bases da

Sociedade Capitalista em cheque e vislumbraria outro tipo de sociedade não mais baseada no acúmulo de capital e na propriedade privada.

Por último e não menos importante, o último capítulo trata da questão dos desafios da consolidação do Direito à educação no município de Iaçú, quais os rebatimentos vividos no cotidiano do município baiano? Quais as estratégias utilizadas para conseguir garantir o Direito à educação pelos munícipes daquela cidade. Enfim, também será analisado o marco legal estabelecido pelas leis municipais que regem toda a estrutura da Rede de Educação Municipal.

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, sendo que a pesquisa qualitativa centra-se na descrição, análise e interpretação das informações obtidas e colhidas durante o processo de pesquisa empreendidos na Secretaria Municipal de Educação, Colégios Estaduais do Município, atuação dos Conselhos Municipais (Conselho de Educação, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), nas entrevistas com os professores e alunos e com o Sindicato dos Professores do referido município), como, também na análise bibliográfica acerca da história da educação no Brasil e acerca da educação para o fomento da cidadania ou para a construção da emancipação dos indivíduos. Torna-se necessário ressaltar a análise do marco legal que legitima a Rede de Ensino Municipal da cidade de Iaçú e as leis em âmbitos federal e estadual que se descentralizam e dão norteio aos municípios para a construção dos seus projetos de educação.

Triviños (1987), afirma que a maioria dos estudos que se realizam no campo da educação é de natureza descritiva, e que os estudos descritivos exigem do pesquisador uma série de informações sobre o que deseja.

É desta forma que, assumo a abordagem da pesquisa qualitativa, tentando extrair o máximo possível das inúmeras variáveis acerca da educação no município para compreender o fenômeno investigado do objeto, a partir do próprio contexto e de toda a sua complexidade, na qual, se materializa cotidianamente.

Assim, por meio desta pesquisa pode-se observar a importância das leis para garantir o direito a educação, tanto na questão do acesso garantindo vagas suficientes para todo o excedente que necessita, mas, também a importância de garantir a permanência desse aluno, sejam crianças, jovens ou adultos estimulados a participarem ativamente da vida escolar. Nota-se a importância, também, de compreendermos que tipo de sociedade queremos construir, para isso é essencial uma educação quantitativamente distribuída e qualitativamente concentrada, garantindo a construção da educação e da sociedade que queremos e almejamos.

CAPITULO 1: A POLITICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: DO RESGATE HISTORICO AO MARCO LEGAL.

Esse primeiro capítulo, traz a tona um breve resumo da história da educação brasileira, perpassando seus diversos períodos em sua construção histórica, desde o momento da colônia até a abertura democrática vivida no final do século XX aos dias atuais. Sendo assim, tal proposta tende a apresentar a formação da estrutura educacional brasileira, colocando em pauta a construção histórica em suas variadas vertentes e períodos. Para tanto, a análise da formação histórica da educação é colocada em pauta para entendermos como a mesma se materializa no pequeno município baiano de laçu na região da Chapada Diamantina. Levando assim, dúvidas e questão de como a educação da pequena cidade é gerida na materialização cotidiana de um Direito fundamental, tal qual, é a educação. Portanto, analisaremos a construção histórica do que hoje é um Direito fundamental ofertado pelo Estado para entendermos como foram os processos determinantes que transformaram a Sociedade até os dias atuais.

Entre os séculos XV e XVI o mundo mudou extremamente, os europeus, principalmente, os portugueses e espanhóis, desbravavam o oceano pacífico, primeiramente, em busca de uma rota comercial segura com a Índia e, logo depois, buscando novas terras para conquistar. Esse período, responsável por uma transformação incontestável, é conhecida como a Era das Grandes Navegações e dos Descobrimentos.

Foi possível durante esse período estabelecer contato com “novos” continentes: Ásia, África, América e Antártica e com os habitantes nativos dessas localidades, possibilitando assim, uma aproximação e um intercâmbio cultural entre esses diferentes povos. É nesse contexto de descobertas que os portugueses chegam ao território que hoje conhecemos como Brasil, conquistando-o e alterando a sua história.

O território do Brasil foi colônia de Portugal entre 1500 e 1822. Desde a chegada das naus de Pedro Álvares Cabral á independência política de Dom

Pedro I, que compreende o período conhecido como Brasil – Colônia. Posteriormente a independência, foi iniciado o período do Brasil - Império, sendo findado com a Proclamação da República, em 1889, pelo o então Marechal Deodoro da Fonseca.

Esse período compreendido por quatro séculos era necessário um grande aparato institucional que possibilitasse a dominação da Colônia, principalmente, das invasões tão comuns do território, como, também, dos nativos dominados, por isso, Portugal estabeleceu esse amplo território como colônia, colocando sob seu regime os cuidados com a terra nova e a proteção dos tesouros ali existentes. Para isso, foi povoando e desbravando o território, criando cargos e uma estrutura que afugentasse os invasores e que pudesse garantir a manutenção do seu domínio. É nesse contexto que aos poucos vem surgindo à educação brasileira.

“A educação brasileira teve seu início propriamente dito com o fim do regime de capitanias. O Brasil ficou sob seu regime de capitanias hereditárias entre 1532 e 1549. Tal regime terminou quando D. João III criou o Governo Geral. Na primeira administração deste, com Tomé de Souza, aportaram aqui o Padre Manoel da Nóbrega e dois outros jesuítas. Eles foram nossos primeiros professores”. (GHIRALDELLI, 2005, p.24).

A educação escolar ou educação relativamente regular no período do Brasil - Colônia pode ser resumida em três etapas: A primeira que corresponde ao predomínio de ensino proposto pelos Jesuítas do Sistema *RatioStudiorum*; as reformas do Marques de Pombal, culminando no rompimento do Estado com a Igreja e na expulsão dos jesuítas do território nacional e do português em 1759; e a última, e não menos importante, o período que corresponde com a vinda de D. João VI, trazendo a corte para o Brasil (1808 -1821).

A princípio, o ensino evangelizador dos jesuítas teve um papel determinante para a Igreja e Portugal, que eram de instruir e catequizar os nativos e colonos. Primeiramente, negando os saberes, cultura e religioso dos nativos, rompendo desta forma, com toda a tradição indígena, desde como se comunicavam, vestiam, alimentavam-se, cultuavam e viviam. Os jesuítas ensinavam uma cultura diferente, algo desconhecido para aquele povo,

costumes e práticas desenvolvidas em outro ambiente histórico que pouco tinha a ver com aquela realidade. Dessa forma, rompendo e negando com a cultura local, ascendendo as práticas e os costumes advindas da Europa, os jesuítas, foram começando a dominar aquele espaço, pensando em formas e métodos pedagógicas de formar padres e simpatizantes dos dogmas cristãos a partir da população local para assim disseminar a religião católica entre os nativos.

Essa não era apenas uma forma de dominar os nativos com um controle social de negação e aceitação, más, também, de expandir a religião para dentro do território. Sendo assim, os jesuítas peregrinaram de norte a sul da costa e logo depois adentraram o território, já que, eram bons desbravadores e conseguiam pacificamente ou não o “apoio” dos indígenas e dos colonos locais.

Aos jesuítas coube, praticamente, o monopólio do ensino escolar no Brasil durante um tempo razoável. Algo em torno de duzentos anos. Durante esse tempo, eles fundaram vários colégios com vistas à formação de religiosos. Ainda que os filhos da elite da colônia não quisessem, todos eles, se tornar padres, tinham de se submeter a tal ensino. Eram os únicos colégios existentes. (GHIRALDELLI, 2005, p.25).

O primeiro colégio jesuíta fundado no Brasil foi em 1550 no Estado da Bahia, pouco depois da chegada de Tomé de Souza com a comitiva da Companhia de Jesus. Em tal comitiva, chegavam os primeiros professores em solo brasileiro. Em 1549, um desses professores era o Padre Manoel da Nóbrega que foi responsável pela primeira Política Educacional do território. O padre ordenou a construção dos primeiros locais de ensino para meninos indígenas, tendo como objetivo instruir esse povo, a partir da infância, ensinando a nova geração os bons costumes e a moral, os princípios fundamentais da fé cristã e as primeiras letras do idioma do colonizador, também era ensinado o latim e o ensino profissionalizante. Com o passar dos anos a ordem foi modificando esse método de ensino, até o rompimento, criando assim, os colégios jesuítas, sem ensino profissional e sem a presença dos índios.

A estrutura educacional construída pelos jesuítas durou cerca de duzentos anos até a expulsão dos religiosos do território português pelo Marquês de Pombal em 1789. Vale ressaltar que, a permanência da Companhia de Jesus só vingou por longos anos por conta do financiamento contínuo da corte portuguesa com tal instituição.

Vários fatores influenciaram na decisão de expulsar os jesuítas dos domínios portugueses. Desde o processo de colonização, o Estado e a Igreja, formavam uma construção complexa que dominava a colônia. Muitas vezes tinham interesses em comum, outras vezes, nem tanto, confundindo, até mesmo as suas competências. De acordo com Gonçalves (1998, p. 38),

Além de educadores e missionários, os jesuítas fizeram sentir sua presença no Brasil através de várias outras funções que exerceram durante todo o período colonial: como conselheiros das principais autoridades administrativas, “como construtores das maiores bibliotecas da colônia, como exploradores de sertões, e como linguistas, historiadores, antropólogos, botânicos, farmacêuticos, médicos, arquitetos e artesãos dos mais diversos tipos” (Grifos do autor).

Essa disputa ideológica entre Estado e Igreja começa a ser intensificada com a morte de D. João V, tendo como sucessor D. José I. Sabendo pouco sobre os negócios de Estado, nomeia para o cargo de Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Mello, que futuramente receberia o título de Marquês de Pombal. A política implantada pelo Marquês de Pombal visava mudanças significativas na estrutura econômica, política e cultural de Portugal e de suas terras conquistadas, seguindo uma tendência forte da Europa, rompendo com os dogmas da igreja e se apegando de forma prematura com as tendências iluministas.

Após a expulsão dos jesuítas do território português, tornava-se necessário (re) pensar a estrutura educacional, tanto da colônia quanto da metrópole, que já era precária com o domínio dos jesuítas e intensificou-se com a sua expulsão. Para isso era necessário uma mão-de-obra específica, mesmo que os professores que existiam naquela época fossem ainda formados sob a égide da companhia de Jesus.

Sendo assim, foi estabelecido a Reforma dos Estudos Menores, que tinha por objetivo criar um sistema de Aulas Régias que supriria esse déficit escolar com o Reino e as colônias. As Aulas Régias foi à primeira forma de ensino relativamente público no Brasil, esse ensino compreendia o estudo sistematizado do que naquele tempo era chamado de Estudo de Humanidades. Essa mudança realizada pelo o Estado era necessária, pois, necessitava-se de mão-de-obra qualificada para defender os seus interesses comerciais da metrópole para assim obter não só o prestígio ambicionado na época, mas, também, na obtenção de mais recursos para os cofres portugueses. Ainda, torna-se necessário ressaltar que, a questão do estudo não se findava apenas nos “Estudos Menores”, após a conclusão deste, poderia cursar os “Estudos Maiores”, contudo, este ingresso era realizado por meio da análise dos conhecimentos na religião cristã e nas obrigações civis, portanto, o ensino após a expulsão dos jesuítas sofreu uma reforma, entretanto, as obrigações com a religião continuavam direta ou indiretamente, ou seja, a laicidade da Reforma Pombalina no ensino foi estabelecida de forma passageira.

É notória a preocupação da corte com o buraco deixado com a questão da expulsão dos jesuítas, sendo assim, com a implantação da Reforma, as aulas começam a ser ministradas por professores nomeados pelos bispos e entidades locais. Azevedo (1943, p. 315) em um de seus livros, menciona a abertura de uma aula régia de desenho e figura, em 1800, nas principais cidades da orla marítima e em algumas raras do planalto e do sertão.

Outro problema que surgiu durante esse período era com a questão do pagamento dos salários dos professores, os valores eram muito baixos, gerando assim, uma contrapartida dos professores, cobrar dos pais e responsáveis uma quantia pelo o ensino. Essa situação só mudaria em 1772 quando foi criado um imposto específico que tributada a produção de vinho e carne. Esse imposto ficou conhecido como Subsídio Literário.

O que se dá para analisar acerca das Aulas Régias é que se alterou muito pouco a realidade educacional daquele período brasileiro, apesar de ser tido por muitos autores como a primeira Política de ensino público nacional, infelizmente, não se consolidava como uma política que transforma as diversas

esferas da sociedade dando possibilidades a todos de acesso, muito pelo contrario, esta estrutura de ensino era restrito a poucos que por ela de uma forma ou de outra poderiam pagar. Para piorar, como a estrutura ainda era ligada ao aval ou não de um rei, o processo de criação das aulas e a nomeação de cargos para professores eram extremamente burocráticos, levando muito tempo para serem liberados e ainda mais para os professores receberem seus salários, ou seja, essa prática ou Reforma, já nasce em atraso.

A Reforma de 1759 abrangia somente o ensino de humanidades, era necessário ainda aprimorá-los até mesmo para criar futuros cargos administrativos e políticos para garantir o controle e a ordem da colônia. Sendo assim, em 1772, foi criada a Reforma das Universidades, que dava uma relativa atenção a ciências, criando assim, as bases para os primeiros cursos superiores, desvinculados com o ensino religioso e ministrados em solo brasileiro.

As Políticas empreendidas durante a época do Brasil colônia sempre em volta de diversos interesses, de um lado permeado pela Igreja e os jesuítas na construção de uma cultura e na destruição de outra, e em paralelo, os interesses singulares do Estado Português que possibilitou a expulsão dos jesuítas e a construção de uma atrasada reforma educacional.

As transformações no ensino brasileiro só começam a serem vistos profundamente com a vinda da família real, em 1808, para o Brasil. Em janeiro de 1808, Portugal, estava prestes a ser mais uma vítima da grande campanha do exercito napoleônico. Por ser uma fraca potência militar com pequenas condições de enfrentar os franceses, Dom João, não vê alternativa, se não, fugir, junto com sua corte para terras mais distantes. O lugar escolhido estrategicamente foi o território da sua principal colônia, as terras brasileiras. Nesses termos, vale ressaltar que, essa fuga só foi possível por conta do apoio inglês, tanto, estrategicamente ajudando no plano de fuga quanto militarmente, colocando navios à disposição para auxiliar na segurança e no transporte da corte portuguesa, servindo de escolta para os mesmos.

Após a chegada da Família Real era necessário começar a se pensar em mudanças nas condições militares, econômicas e culturais da colônia, já

que a corte portuguesa não tinha uma data de retorno. Sendo assim, algumas políticas adotadas foram essenciais para modernizar aquele território. A abertura dos portos as nações amigas foi uma das primeiras atitudes adotadas, podendo assim, circular mercadorias antes proibidas pelos decretos portugueses, isso fez com que grandes quantidades de produtos industrializados fossem vistos em circulação no comércio da então colônia. Outra importante decisão implementada pela Corte Portuguesa foi a transferência do governo para o Rio de Janeiro, deixando a antiga capital, Salvador. Essa decisão elevou a colônia de categoria, passando a ser conhecido como Reino Unido, juntamente, com Portugal e Algarve.

No campo da educação foram feitas importantes mudanças na sua estruturação, já que, naqueles tempos as condições das escolas se manterem eram quase inexistentes. Sendo assim, após a abertura dos portos procurou-se modificar o ambiente cultural brasileiro. Essa mudança trouxe a possibilidade de trazer, além das mercadorias, uma gama de intelectuais estrangeiros para ensinar e estudar no país. Essa medida possibilitou um salto qualitativo e quantitativo no campo educacional brasileiro. Foram criados diversos órgãos e departamentos de Estado em diversas áreas, um bom exemplo foi a construção da Academia de Belas Artes.

É notório que a transferência da corte portuguesa para o Brasil foi determinante para transformar as condições da colônia e até desenvolvê-la, criando assim, bases para as instituições de nível superior, antes inexistente. Além da Academia de Belas Artes durante o império foram criados em diferentes regiões do território instituições de ensino que começavam a moldar a estrutura educacional do Brasil. No Rio de Janeiro, foi criada a Academia da Marinha e Academia Real Militar, cruciais para manter a ordem e as defesas do território, como, também, a Escola de Medicina, Escola de Agricultura e a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. Já na antiga Capital, cidades de Salvador foram fundadas o curso de Cirurgia, a cadeira de Economia, o curso de Agricultura, o curso de Química e o curso de Desenho técnico.

Realmente, o quadro institucional da educação brasileira começa a se estruturar, contudo, vale ressaltar que, as grandes mudanças permeadas por

D. João tinham um objetivo concreto, fomentar a educação aos nobres para que os mesmos exercessem cargos e pudessem formar um quadro de profissionais capacitados para exercerem a docência e os cargos de Estado.

A grande contribuição do governo de D. João VI para a educação em todos os seus níveis foi a criação da imprensa Régia em território nacional. Esse ato possibilitou a edição de livros no próprio território, fazendo com que o preço dos livros fosse mais acessível (antes comprar um livro só era possível por meio de importação e com um muito valor alto). A Imprensa Régia, também, abriu portas para a imprensa no Brasil, culminando na criação de tipográficas particulares nas variadas regiões do país.

Apesar das mudanças realizadas por D. João VI, deve-se analisar que, todas as medidas adotadas revelam um objetivo, serviram unicamente e exclusivamente as elites nacionais, contribuindo para as desigualdades já tão evidentes naquela época, colaborando, também, para a manutenção de uma elite nacional. Contudo, contraditoriamente, essa situação favoreceu mais tarde a luta em defesa da independência.

Em 1822 o Brasil, enfim, tornou-se Independente de Portugal, como era de se esperar, foi criado à primeira Constituição da nação.

Foram essas Leis que serviram de base á organização do ensino no Brasil, ficando em vigor, com pequenas alterações, até a proclamação da República em 1889. (...) Não obstante ao fato da educação ter se tornado elitista, seguindo a tendência iniciada por D. João VI, reforçada durante o reinado de D. Pedro II, as leis promulgadas por D. Pedro I tiveram como objetivo formar um sistema educacional popular e gratuito. (RAMOS, 2011)

A Constituição trazia uma gama de leis que serviram de base para a organização do país até a proclamação da república em 1889. A educação nessa Constituição procurava romper com seu ranço elitista intensificado por D. João VI. As leis aprovadas por D. Pedro I tinham a finalidade de formar um sistema educacional popular e gratuito. Entretanto, o projeto de nação estabelecida pela constituição veio a fracassar por conta da situação, na qual, se encontrava o país, com grandes dívidas e déficit na receita. O sentimento de nacionalismo que foi proposto na constituição, também, não rompeu com a

tradição das famílias menos abastardas que não tinham interesse pelo o estudo, ocasionado por anos de descaso com a educação, além de que as famílias com maior poder mantinham as tradições de manter seus filhos na estrutura privada e, posteriormente, mandar os filhos estudarem na Europa.

Ora, os caminhos percorridos pela educação durante o período do Império, nos faz analisar que apesar das transformações evidentes ocorridas naquela época, as mesmas só aconteceram por conta da transferência da Corte para o Brasil. Essa mudança possibilitou um paco desenvolvimento, que criou bases para se consolidar. Após a independência do território, nos governos de D. Pedro I e II, a realidade da educação pouco mudou, mesmo com a lei estabelecida pela Constituição. A falta de recursos era algo rotineiro para não efetivar e garantir a educação como Direito de todos os súditos, tal como era estabelecido na própria carta magna da época, sendo deixado de lado e intensificado a educação em âmbito privado, significando um serviço ofertado para aqueles que poderiam pagar, ou seja, uma pequena minoria da população.

A educação mesmo paga, não tinha sinônimos de qualidade, mas, se difundira bastante por conta da falta de uma estrutura publica que garantisse a continuidade da educação. Enfim, a trajetória da educação escolar durante cerca de quase quatro séculos, efetivamente só começa a ser tratada com seriedade após a construção da República.

O período do século XIX trouxe a tona na Europa discussões para a consolidação de lutas pró Estado democrático. Discussões fomentavam do ideário Igualdade, Fraternidade e Liberdade, símbolos da Revolução Francesa, foram sendo reutilizados. A construção dessas ideias foi aos poucos moldando a consciência política dessas Sociedades, desestabilizando assim, as bases fundamentais das sociedades vigentes, rompendo, desta forma, com o sistema colônia e imperial brasileiro, construídos sob a égide da escravidão, adaptando aos tempos modernos (Sistema Capitalista de Produção) trocando a mão de obra escrava pelo trabalho livre. Dessa forma, a mão de obra livre vai adentrando e inserindo-se na então nascente Sociedade Capitalista que nasce com o intuito de superar o sistema escravocrata. Isso efetivamente acontece

em 1888 com a Lei Aurea que institui a abolição da Escravidão no território brasileiro.

Essa pressão internacional incide pequenas lutas por mudanças em âmbito nacional, acarretando assim, numa reestrutura nas bases do Estado, ascendendo à paca noção de República nascente e declinando a fraca estrutura Imperial brasileira. Esse fato, diga-se de passagem, aconteceu de um dia para o outro, com baixa participação popular, mas, com apoio das forças militares, já que o golpe foi estruturado as pressas, por uma elite ascendente. De acordo GHIRALDELLI,

A Republica não foi uma conquista gerada por grandes movimentos do nosso povo, mas não se pode concluir daí que ela não tenha trazido ganhos democráticos. Com ela, desapareceu o poder moderador do Imperador, tivemos o fim do voto censitário, os títulos de nobreza terminaram e houve certa descentralização do poder. (GHIRALDELLI, 2005, pag. 32)

Enfim, o Império ruiu e ascendeu à República em 15 de novembro de 1889, sendo assim, começa o nascimento das ideias republicanas como as citadas por NAGLE (1976) “O sonho da República, espargindo as luzes da instrução por todo o povo brasileiro e democratizando a sociedade”.

O Brasil no fim do século XIX e início do século XX apresentava uma mudança rápida no aspecto econômico e social, começava-se o processo da urbanização e industrialização nacional. Alguns decretos foram primordiais para a educação da época, por exemplo, o decreto nº 6 de 19 de novembro de 1889 estabelecia a extinção do voto censitário e colocava como condição na participação eleitoral o saber ler e escrever como forma de acesso ao voto. Essa medida não favorecia as classes sociais menos abastardas devido o grande índice de analfabetos que existia no país, principalmente, os negros que acabavam de ser declarados cidadãos, mas, foram totalmente desassistidos pelo o Estado após a abolição. Também foi estabelecida a laicização do ensino público, coisa que já havia sido realizada com a Reforma Pombalina, mas que na prática não vigorou.

Foram divididas as responsabilidades do ensino entre as unidades federadas e a regulamentação do ensino para além das oficiais, assim, a União ficou responsável pelo o Ensino Superior e o Ensino Secundário, enquanto que o Estado tinha como incumbência do Ensino Primário e Profissional.

Outra contribuição importante tanto para a Educação quanto para a Sociedade em si e suas transformações com o novo regime, foram a ação dos Positivistas. Benjamim Constante, ministro da Instrução Publica, Correios e Telégrafos contribuíram fortemente na consolidação da estrutura da educação durante o início da República. Instituído uma Reforma nos ensinos iniciais (Primário e Secundário) que ambicionava a continuidade da formação dos cidadãos para além do Ensino Fundamental, ou seja, foram sistematizadas novas formas de ingresso ao Ensino Superior, elevando assim, a expectativa de uma estrutura mais consistente que possibilitaria uma transformação essencial a sociedade da época.

A segunda Constituição brasileira do ano de 1891, também, trazia avanços se comparada à primeira, principalmente no que tange a educação. Os Estados brasileiros passaram a ter mais autonomia em relação ao ensino, principalmente nas metodologias aplicadas, currículos e Diretrizes. Um bom exemplo é o caso do Ceará, com o educador Lourenço Filho, que iniciou em 1921 uma (re) estruturação no modelo educacional. Essa mudança estabelecia um reforma no ensino e criava um instituto de educação.

Mesmo com algumas mudanças que variavam, mostrando assim, como a autonomia estabelecida pela Constituição era uma realidade entre os Estados, ainda assim, ao mesmo tempo em que acontecia um avanço, retrocessos aconteciam em conjunto.

Como a estrutura de arrecadação do país ainda era muito prematura conviviam-se constantemente com a falta de recursos para dá prosseguimento as políticas públicas daquele período. Além da falta de recursos, ainda vinham aliados a uma estrutura educacional que não suportava toda a complexidade que é a nação brasileira, portanto, faltavam materiais técnicos, operativos e metodológicos para promover efetivamente a educação escolar. AZEVEDO (1953) faz uma análise contundente na sua obra sobre o estado em que se

encontravam a educação após e durante a República e os motivos pela qual a mesma não durou tanto tempo:

(...) foi uma revolução que abortou e que, contentando-se com a mudança do regime não teve o pensamento ou a decisão de realizar uma renovação intelectual das elites culturais e políticas, necessárias às novas instituições democráticas. (AZEVEDO, 1953, p. 134).

Sendo assim, a República Velha ou Republica Oligárquica vem a ruir efetivamente após a crise mundial de 1929 da Bolsa de Nova Iorque, onde a cotação do café foi à zero, levando a quebra de inúmeros produtores e investidores do tal produto. No Brasil, a crise de 1929 só veio ser sentida em 1931, onde os produtores cobram, sem sucesso do Estado intervenção no preço do café para evitar a “quebra” total da classe de cafeicultores. Torna-se necessário mencionar que, a crise se estendeu ao ramo do café, contudo, a taxa de inflação e desemprego da época estava muito alta, agitando assim, o país socialmente, ou seja, a recessão econômica abalou não somente a economia do café, mas toda a sociedade.

Aos poucos a estrutura agroexportadora da República Oligárquica sucumbiu, perdendo espaço para as elites brasileiras restantes: Tecocratas, Militares e Empresários industriais. A economia que antes tinha por base a exportação passa agora a se voltar para o mercado interno e a industrialização do país. Pode-se dizer que, é nesse momento em que o Brasil começa a adentrar definitivamente na corrida dos países capitalistas, deixando de ser um país tipicamente rural para ser um país com tendências urbanas.

O segundo momento da República brasileira inicia-se nos anos de 1930 com o Golpe Militar de Getúlio Vargas, ficando conhecido mais tarde como a Revolução de 30. O então novo presidente construiu um governo extremamente populista, manipulador, sabendo como conquistar e agradar os diferentes setores da tradicional sociedade brasileira. De acordo com GHIRALDELLI (2009)

(...) Então, passamos a viver uma nova fase, em geral dividida em três períodos: o primeiro período teve Getúlio Vargas no poder como membro importante do governo revolucionário pós-outubro de 1930 (O “Governo Provisório”); no segundo período

Vargas governou após a promulgação da Constituição de 1934; por fim, no terceiro, Vargas exerceu o poder de 1937 até 1945 como ditador, à frente do que chamou de “Estado Novo”. (GHIRALDELLI, 2009, p. 39.)

É a partir desse momento que a educação brasileira começa a se modificar, devido os intensos embates das diferentes ideologias, liberais e católicos, que discutiam o tema e da própria necessidade do desenvolvimento capitalista.

A mudança de um país rural para um país urbano dependia da industrialização das grandes cidades, mas, para isso era necessário uma estrutura que solidificasse tal proposta. Para tanto, novas perspectivas acerca da educação, deveriam se fazer presente para tal desenvolvimento se estruturar, já que o crescimento brasileiro almejado pela industrialização necessitava de uma contra partida de mão – de - obra especializada, portanto, era necessário um investimento massivo em toda a estrutura do ensino nacional. Esse investimento foi proporcionado com a criação, no mesmo ano da Revolução de Vargas do Ministério da Educação e da Saúde Pública (MESP) e tinha como Ministro Francisco Campos.

Francisco Campos deixou seu nome na historia da educação brasileira, em especial, por causa do que ficou conhecido como “Reforma Francisco Campos”. GHIRALDELLI expõe que,

As leis de Campos foram as seguintes: pelo Decreto 19.850 (11/04/1931) ele criou o Conselho Nacional de Educação; pelo Decreto 19.851 (11/04/1931) ele dispôs itens regulamentando e organizando o ensino superior no Brasil, adotando o chamado “regime universitário”; em seguida, com o Decreto 19.852 (11/04/1931), organizou a Universidade do Rio de Janeiro, organizou o ensino secundário com o Decreto 19.890 (18/04/1931); organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão de contador e outras pelo Decreto 20.158 (30/06/1931). Por fim, consolidou as regulamentações sobre o ensino secundário com o Decreto 21.241 (14/04/1931). (GHIRALDELLI, 2009, p. 40 – 41)

Essa Reforma constituiu o primeiro plano de ensino em nível federal, criando assim, o Conselho Nacional de Educação. Apesar desse avanço na politica de educação, consolidando assim um Conselho em âmbito nacional, nota-se que, as bases da Sociedade não foram alteradas, pois, tal proposta

redigida nos decretos, ainda impulsiona o preparo das elites para o Ensino superior, enquanto a mão-de-obra específica para o desenvolvimento do ensino industrial perpassa para as classes menos abastardas.

Em contrapartida e essa realidade, em 1932, os especialistas liberais da educação apresentam um documento inspirados nas ideias de John Dewey em defesa da escola pública, obrigatória, laica e gratuita. Esse movimento ficou conhecido como Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

Nesse embate teórico e ideológico entre o Governo, Liberais e Católicos, em 1934, foi promulgada a terceira Constituição do Brasil. A Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil, também, como as outras constituições trazia o tema educação à tona. Os grandes avanços que eram trazidos nessa carta magna eram:

Art - 148 - Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual (...) Art - 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana. (Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil, 1934)

Além de que, determinou a união “fixar o Plano Nacional de Educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País”. (Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil, 1934). Contudo, essa Constituição pouco vigorou devido o clima de instabilidade que se instaurou durante os poucos anos que a mesma foi criada.

Em 1937, foi desencadeado outro Golpe após a eleição para presidente da República de Getúlio Vargas a partir de um golpe militar que transformou o que era conhecido como Estado Novo em um Estado Ditatorial. Este, já nasceu com um reordenamento imposto, uma nova Constituição, agora a quarta Constituição brasileira, nascida em 10 de Novembro. Essa nova Constituição já

trazia novos ordenamentos acerca da educação que desconstruía os avanços estabelecidos pela Constituição de 1934 “invertendo as tendências democráticas da carta de 1934” (GHIRALDELLI, p. 78). O mesmo autor, também faz uma interessante comparação entre as cartas de 1934 e 1937,

Carta de 1934

“Artigo 149 – A educação é direito de todos e deve ser ministrado pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e estrangeiros domiciliados no país (...).”

Carta de 1937

“Artigo 125 – A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução de suprir as deficiências e lacunas da educação particular”.

O que se pode notar é que em um curto período de tempo, as tendências democráticas estabelecidas por um governo populista, dito democrático, foi-se desconstruindo, tirando a responsabilidade da educação do Estado e passando exclusivamente para a família. Sendo assim, o Estado teria um papel secundário e não mais central na questão da educação. Também, a gratuidade do ensino foi outro ponto polêmico, pois, se restringia a aqueles que não poderia pagar, portanto, os outros caberiam uma espécie de contribuição mensal. Para completar, a carta ainda trazia a ideia de determinar o ensino profissional focado nas classes menos abastardas. Enfim, a educação, vista como Direito do indivíduo, foi totalmente reelaborada, construindo uma estrutura, na qual, não estava interessada em construir uma rede de educação geral público e gratuito, muito pelo contrário, esta queria transformar a educação em um privilegio para poucos.

Nesse sentido, para cumprir o que era estabelecido pela Constituição, em 1942, foram criadas as Leis Orgânicas do Ensino por Gustavo Capanema então Ministro da Educação e Saúde Pública. As Leis Orgânicas do Ensino criava seis decretos – leis que ordenava a rede de ensino primário, secundário, industrial, comercial, normal e agrícola. Vale ressaltar que, a aprovação dos

seis Decretos-Leis levou cerca de quatro anos, durou de 1942 a 1946 a aprovação total dessa estrutura de ensino.

Nessa estrutura, o Ensino Primário, duravam quatro anos de fundamental e um ano de complementar totalizando cinco anos. Posteriormente, caso o indivíduo não se tornasse estatísticas nos quadros de evasão, poderia cursar o Ensino Secundário, no qual, era dividido em dois ciclos: o ciclo ginásial que matina a forma de quatro anos e o ciclo colegial que foi dividido em um curso clássico e outro científico, sendo que eram divididos em três anos cada, voltados ambos para a cultura geral que desembocava em qualquer curso superior.

O Ensino Técnico Profissional, também trazia a mesma divisão de dois ciclos: o primeiro ciclo era de quatro anos, e o segundo ciclo de três anos, sendo que cada ramo tinha uma organização diferenciada. Contudo, mesmo com essas mudanças, o Ensino Superior ainda era algo com muitas restrições, pois, cada curso profissionalizante só dava possibilidade de acesso ao curso superior da mesma área. Para GHIRALDELLI,

Era um sistema de engessamento vertical dos grupos sociais, de modo a dificultar o que nas democracias liberais chamamos de ascensão social pela escola, e isto vinha a calhar com o engessamento da estrutura sindical, que não permitia a reivindicação livre dos trabalhadores frente aos patrões, sem mediação do Governo (2009, p. 83)

Após a construção do sistema de ensino estabelecido pelos Decretos-Leis da política do Estado novo foi à preservação de diferentes percursos para as inúmeras classes sociais. O caminho da elite era diferente do caminho do filho do trabalhador. Um bom exemplo do que acontecia era: para a elite o primeiro caminho para uma formação profissional começava no primeiro estágio, ou seja, no primário, logo após, o ginásio, e posteriormente o colégio, caso quisesse trabalhar o mesmo optaria pela disponibilidade do ensino profissional ou cursar o ensino superior em qualquer área. Na contramão dessa análise, nascia o percurso escolar das classes populares, caso fugissem da evasão, coisa muito rara, ia da base inicial da educação, ou seja, o primário

para o ensino profissionalizante, sendo que, na estrutura de engessamento vertical, tal, como é tratado acima, o ensino superior só poderia ser cursado na mesma área do curso profissionalizante.

Como já era de se esperar, tanto a médio e em longo prazo, a estrutura educacional criada no Estado Novo não comportava toda a demanda necessária para a industrialização brasileira. Assim, criou-se o SENAI e o SENAC, financiado pelos industriais, assumindo a formação de mão-de-obra necessária a indústria. Esses dois sistemas de ensino possibilitava uma formação mais ágil e rápido para as indústrias, além de que, apresentavam diferenças cruciais do ensino regular da rede pública, pois, os alunos recebiam um salário mensal para estudar e iniciavam seus treinamentos e estágios nas empresas vinculadas a estrutura industrial. Nesses termos, este tipo de ensino tornava-se extremamente atrativo para os setores mais pobres da população, pois, não só era capaz de ter um estudo e uma profissão, mas, também de puder ascender socialmente.

Por fim, o grande mérito do Estado Novo e das Políticas estabelecidas na Era Vargas, no que tange a educação foi a criação de um Sistema Nacional de educação, tendo este avançado ou retrocedido. Foi a partir dessa construção que se estruturou uma base norteadora de um suposto projeto de educação.

As políticas econômicas empreendidas pelo o Brasil começam a intensificar a industrialização, fomentando, desta forma, a intensificação do desenvolvimento capitalista. Assim, as produções nacionais dos polos produtivos, principalmente da região sudeste, começam a ser escoadas por todo o território nacional. É dessa forma que, intensifica-se a construção das grandes estradas e rodovias, energizando o desenvolvimento da economia interna. Nessa época, portanto, começa a importância do transporte rodoviário para o escoamento da produção e dos produtos industriais, que antes se encontravam concentrado nos grandes centros e passa a ser acessíveis a outras regiões e áreas povoadas.

Foi durante a segunda Grande Guerra Mundial que o Brasil se viu no dilema de substituir as importações pela produção interna, devido à situação

dos países fornecedores e seu envolvimento nos conflitos, restringindo o comércio parcialmente. Nota-se que, foi um momento interessante para o território brasileiro tanto econômica quanto politicamente, pois, o país necessitava se desenvolver sem um auxílio de investimento internacional, por outro lado, países subdesenvolvidos como o Brasil, que desde os primórdios de seu nascimento dependia da importação de produtos, começando a intensificar a produção nacional para suprir a necessidade por produtos estrangeiros. Essa prática não só intensificou a produção interna de produtos essenciais para o progresso, como, também, possibilitou um desenvolvimento de novos produtos antes importados.

Sendo assim, o Brasil começa a transformação nacional superando a fase de desenvolvimento, passando para um nascente capitalismo monopolista. Entretanto, o capital privado, essencial para o desenvolvimento das bases produtivas nacionais, ainda era prematuro, necessitando do auxílio quase que exclusivo do Estado para suprir com os investimentos, tanto de capital privado nacional, como investimentos de capital estrangeiros com a vinda de multinacionais.

A própria parceria público-privado e as parcerias entre o governo e o capital estrangeiro, possibilitou um intenso desenvolvimento no final do Estado Novo, mesmo com o momento conturbado, tal qual, foi esse período. Assim, a construção da Usina de Volta redonda da Companhia Siderúrgica Nacional foi essencial para o desenvolvimento e progresso nacional, pois, tratava-se de uma área estratégica para o crescimento nacional, tal qual é a indústria siderúrgica. Vale ressaltar que, nesse momento, a parceria entre os governos brasileiro e americano firmava um pacto, neste caso, o pacto firmado era ideológico, econômico e político, pois, o Brasil firmava apoio ao bloco dos Aliados na grande guerra.

Em 29 de outubro de 1945, o Estado Novo vem a cair. Era um cenário Pós-guerra que nascia com aspirações democráticas e populares na Europa. Aqui no Brasil não seria diferente, mesmo que metamorfoseadas e cheia de segundas intenções. Assim, o movimento popular cresceu, em meio a uma sociedade extremamente diversificada, intensificando, o modelo nacionalista de

política e os investimentos estrangeiros como o possível caminho para o progresso.

Após o término do Estado Novo com a superação da Era Vargas, foi estabelecida uma nova Constituição da República, promulgada em 18 de setembro de 1946. Essa constituição estabelecia princípios liberais características comum das democracias emergentes da época, algumas regulamentações estabelecidas e tidas como avanços.

Sendo estabelecida nessa carta, igualdade perante a lei, ausência de censura, garantia de sigilo em correspondências, liberdade religiosa, liberdade de associação, extinção da pena de morte e separação dos três poderes.

No que tange a educação um ponto importante dessa nova Constituição foi à legitimação de uma Política Educacional Nacional. O primeiro avanço está na construção da primeira LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), fato que já vinha sendo discutido por especialistas desde a Constituição de 1934 e que foi deixada de lado após a tomada do Estado pelas forças de Getúlio Vargas em repressão a suposta ação comunista.

A primeira LDB sofreu muito para concretizar sua aprovação, já que, as intensas discussões em torno da lei duraram de 1947 até 1961, para assim, aprovar tal lei que possibilitasse o norteio de todos os níveis de ensino no território Nacional. Assim, a LDB foi, efetivamente, aprovada em 20 de dezembro de 1961, pelo então presidente João Goulart, sendo conhecida pela lei 4.024-61. Para Saviani (1999), “é possível perceber como a lei aprovada configurou, uma solução intermediária, entre os extremos representados pelo projeto original e pelo substitutivo Lacerda”. O autor se refere, nesse caso, a comparação da proposta do projeto apresentado em 1948 e como foi alterado pelos especialistas e principalmente por Carlos Lacerda durante as discussões do referido projeto, tendo em vista que aquele período, tanto no campo internacional como no nacional era necessário estabelecer um único ponto de vista ideológico sobre o sistema educacional que vinha emergindo.

Como no final da segunda guerra mundial existia a intensa disputa hegemônica entre as grandes potências da época, Estados Unidos e União

Soviética, com as suas diferentes e paralelas ideologias, capitalismo e comunismo, os países em desenvolvimento e que ainda não tinham conquistado seu poderio econômico eram bastante disputados por esses dois blocos. O Brasil, uma nascente democracia estava em intensa disputa pelas duas grandes potências, pois, a sua localização no centro da América Latina e sua extensão e proximidade com os países vizinhos tornava-o estrategicamente no centro de disputa ideológica e política, principalmente, após os acontecimentos que levaram a pequena ilha de Cuba, “quintal dos EUA”, a se tornar um país comunista.

Segundo ROMANELLI:

Os rumos do desenvolvimento precisavam ser definidos, ou em termos de uma revolução social e econômica pró-esquerda, ou em termos de uma orientação dos rumos da política e da economia de forma que eliminasse os obstáculos que se interpunham à sua inserção definitiva na esfera de controle do capital internacional. Foi esta última a opção feita e levada a cabo pelas lideranças do movimento de 1964. (ROMANELLI, 1978, p.193)

Assim, diante desse cenário, os avanços populares da nascente democracia brasileira, com a sua política nacionalista e os investimentos estrangeiros começam a modificar a estrutura nacional. A todo o momento as reivindicações populares por políticas públicas e direitos sociais começam a serem vistas como um suposto avanço comunista em solo nacional. Assim, os setores liberais e conservadores da Sociedade civil, juntamente, com a força militar estruturam mais um Golpe Militar.

De acordo com Germano (2005), “foi uma intervenção duradoura, mediante a implantação de um regime político, de cunho ditatorial, num momento em que os militares (em associação com as classes dominantes) estiveram diretamente à frente do aparelho de Estado”.

Esse momento na história brasileira, mais uma vez, bloqueia o princípio democrático da nação e em primeiro de abril de 1964, em nome do desenvolvimento e da segurança nacional, coloca o Estado a mando dos militares. Vale ressaltar que, durante os anos de 1960 e meados dos 1970, foi comum o uso do prestígio internacional para o avanço de ditaduras nos países

da América Latina, muitas vezes, financiados pelo o bloco capitalista em detrimento do avanço comunista. Mesmo que, para o domínio hegemônico, fosse necessário o uso incondicional da força.

Nesse período, o que deixou marcado na historia brasileira foi a intensa mudança na construção política. O regime ditatorial foi caracterizado pela massiva internacionalização da economia e pelas diretrizes governamentais de autoritarismo exacerbados, onde, em nome da segurança e da ordem, decisões foram tomadas sem consultar a população ou sem passar por toda a burocracia e estrutura política das democracias.

Em 24 de janeiro de 1967 foi estabelecida uma nova Constituição imposta pela estrutura militar, legitimando e tornando seu autoritarismo político e social legal, após, a criação de quatro Atos Institucionais seu principal respaldo político antes da Constituição.

Assim, a Constituição reunia todos os atos do governo criado pelo regime militar. Conforme NADAI expõem sobre a nova Constituição:

Incorporou as várias medidas incluídas nos atos institucionais anteriores e nos atos complementares. Era autoritária, mas refletia as contradições básicas do sistema: ao mesmo tempo em que visava o controle do Estado para assegurar a aplicação das medidas exigidas pela Doutrina de Segurança Interna, estabelecia, sob forma da Carta de Direitos, o objetivo de restaurar a democracia (NADAI, 1990, p.259).

Na questão da educação novas reformas foram sendo introduzidas no cotidiano dos brasileiros. A proposta estabelecida pelo o MEC (Ministério da Educação e Cultural) e em conjunto com a (USAID) Agencia Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional determinaram orientações que culminaria em reformas na estrutura educacional brasileira. As reformas visavam modificar a estrutura da educação, transformando-o o modelo brasileiro no modelo norte-americano. Conforme GHIRALDELLI.

O período ditatorial, ao longo de duas décadas que serviram de plano para o revezamento de cinco generais na Presidência da República, foi pautada em termos educacionais pela repressão, privatização do ensino, exclusão de boa parcela dos mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública regular sem qualquer arranjo prévio para tal, divulgação de

uma pedagogia calcada mais em técnica do que em propósitos com fins abertos e discutíveis, tentativas variadas de desmobilização do magistério através de abundante e confusa legislação educacional. (GHIRALDELLI, 2009, p. 112).

Sendo assim, é nesse contexto de evoluções e involuções do período da ditadura militar, que é estruturado um plano de organização da educação durante o regime. O que se apresentou foram as Leis 5.540/68 que estruturava a Reforma universitária e a 5.692/71 que norteavam o ensino básico e o ensino médio. As duas leis serviam, tanto, para organizar o ensino em épocas de regime ditatorial, no sentido de controlar as massas, como, também, para legitimar um ideário mercadológico, que até os dias atuais traz a sombra da estrutura militar intensificada pelo o neoliberalismo.

Assim, após a promulgação dessas Leis que controlavam o ensino, mercantilizando-o e criando uma estrutura antes nunca vista no país e a intensa coerção vivenciada nos primeiros anos de após 1964, começam a agitar a Sociedade Civil. Neste momento, foram realizadas manifestações e reivindicações por parte de estudantes, profissionais da educação, trabalhadores das diversas áreas, confrontando a repressão massiva dos primeiros anos do regime. De acordo com Nadai (1990).

Em 1968 – ano marcado mundialmente pela ação política estudantil – o movimento estudantil cresceu em resposta não só à repressão, mas também em virtude da política educacional do governo, que já revelava a tendência, que iria se acentuar cada vez mais, no sentido da privatização da educação, cujos efeitos são sentidos até hoje. (p. 262).

Foi nessa conjuntura de insatisfações por parte da população, principalmente dos estudantes, descontentes com a política tradicional e das liberdades negadas pelo o governo ditatorial, que em nome da Segurança Nacional e Desenvolvimento, é decretado no dia 14 de dezembro, o Ato Institucional nº 5.

O AI - 5, como ficou conhecido na época, concedia poderes ilimitados ao Executivo, disseminando o terror aos revoltosos, militantes e não simpatizantes da doutrina ditatorial. Além disso, foi decretado, também o Decreto-Lei nº 477, este previa a punição de professores, alunos e funcionários dos

estabelecimentos de ensino, públicos ou particulares, considerados culpados pelo o crime de subversão para contra o regime. Os presos pelo o crime de subversão tinham punições severas, desde a demissão e proibição de readmissão no serviço, para os professores, ficando proibidos de trabalhar por cinco anos e para os estudantes, estes eram expulsos e proibidos de se matricularem em qualquer universidade por um período de três anos.

Durante o período mais repressivo da Ditadura Militar brasileira foi implantada a nova Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2° Graus, Lei de nº 5.692/71. Esta estruturava o primeiro grau em dois ciclos, primário e ginásio, enquanto o 2° grau ficou responsável pela profissionalização do aluno, tendo 130 habilitações técnicas que variavam de acordo as necessidades regionais.

Nota-se que, essa Lei, como de rotina, não vigorou, tendo pouca eficiência, pois, a mesma não cobrava da estrutura privada o cumprimento de tal proposta, portanto, as escolas particulares continuaram formando o corpo de alunos com cursos preparatórios para a universidade. Também, as escolas públicas que aderiram a tal proposta, principalmente no 2° grau com os cursos profissionalizantes não obtiveram sucesso, tendo em vista que, a lei possibilitava a criação dos cursos, mas, não supria toda a estrutura necessária para edificar tal preceito, assim, em teoria era defendida uma tese, enquanto na prática cotidiana, devido à falta de materiais, recursos humanos e até mesmo financiamento, a proposta não amadureceu.

Outro ponto fundamental nesta análise está no fato da divisão entre ensino escolar e o ensino universitário. O primeiro ainda estava centrado no atendimento as classes mais pobres, como em outros momentos da política brasileira, no sentido de profissionalizar para o mercado de trabalho (essa seria uma formação, caso ocorresse, barata, quantitativamente distribuída e qualitativamente técnica). Enquanto, paralelo ao ensino escolar, estava à formação universitária, destinada há um público mais específico, sendo reservadas as elites, talvez, por conta dessa premissa a lei de 1971 não cobrou da escola particular a sua inserção no sistema educacional nacional.

A tentativa equivocada por parte dos Generais Presidentes para expandir a educação durante o período militar não passou de um plano para garantir a legitimidade e o domínio do nascente estado repressor. A partir do momento em que o milagre econômico vivido pelo o país começa a mostrar seu declínio, a educação começa a ser vista e intensificada como a propensão de ascensão social capaz de apaziguar as diferentes classes sociais. De acordo com Germano:

A política educacional tem igualmente a pretensão de suprir um quadro de carência efetiva. Tal carência se traduz do ponto de vista das classes populares, na pura e simples exclusão da escola de grandes contingentes populacionais que são aliados, portanto, do acesso à cultura letrada. Isto tem inegáveis repercussões no que diz respeito à vida social, ao exercício da cidadania e ao mundo do trabalho. Por outro lado, no que concerne ao Estado, o quadro de carência era incompatível à ideia de “Brasil-potencia” (1994, p. 167, grifos do autor)

No final da década de 1970, no governo do General Geisel, começa uma pequena abertura democrática com o fim do AI 5 e a volta do habeas-corpus. Mesmo com esse caminho rumo à democratização, os protestos populares foram de extrema importância para a mudança de postura da Sociedade brasileira. Apesar da crise econômica que vinha se instalando com altos índices de inflação e recessão, o caminho trilhado pela sociedade vai em direção a redemocratização do país. Em 1984, milhares de brasileiros vão a rua participar de um movimento que ficou conhecido como Diretas Já. O movimento defendia a aprovação da Emenda Dante de Oliveira que garantiria eleições diretas para presidente no mesmo ano. Infelizmente, o apelo popular não foi ouvido nas instancias de decisão, não sendo assim aprovada tal proposta pela Câmara dos Deputados.

Enfim, em 1984, é findado o regime militar, após vinte anos de golpe. Para finalizar o período do fim do Regime militar, GHIRALDELLI argumenta que:

A Ditadura militar fracassou no seu projeto educacional em apenas um ato de caneta, derrubou a profissionalização obrigatória do ensino de Segundo Grau. Não matou, apenas sepultou algo que já estava morto. Toda a tecnocracia que durante os anos anteriores falava com arrogância sobre as possibilidades que o governo militar criara com o ensino

profissionalizante, cabisbaixa, afastou-se do enterro de todo um sistema. Os professores que apoiaram a profissionalização (para os outros, mas não para seus filhos), também não se lembraram do enterro.

Para finalizar, ficou clara a noção de desenvolvimento intensificada pela a doutrina do regime militar, principalmente após o apoio norte americano na consolidação da industrialização brasileira. Os empréstimos obtidos de organismos internacionais possibilitou uma transformação parcial na Sociedade, mas, esta não comportou a falta de estrutura da nascente nação capitalista brasileira. O crescimento do PIB, a intensificação das melhorias na infraestrutura nacional e até mesmo o desenvolvimento produtivo das indústrias, não crescia aliado a políticas de distribuição de renda que diminuiria as desigualdades sociais. As desigualdades sociais só maximizaram, devido, ao constante aumento da inflação e do crescimento da dívida externa com os empréstimos e financiamento dos organismos internacionais.

O milagre econômico vivido durante o início do governo ditatorial fez acreditar que a política econômica estava no caminho correto do progresso, entretanto, como o capitalismo vive de crises constantes que são essenciais para garantir a hegemonia do sistema era mais que esperado uma recessão econômica que aguçaria a desigualdade social provocada pelo choque do petróleo. Essa situação por mais desagradável que fosse, fez despertar o povo brasileiro para as barbaridades cometidas pelo governo ditatorial. Greves, manifestações, (re) construção do sindicalismo foram o sinônimo da luta em busca de um ideário de Sociedade pautada na reconstrução nacional.

A queda do período ditatorial, realmente, estava escrito, não apenas pela repressão, mas, por acreditar que o povo seria dócil e apático novamente. O mito brasileiro de que o povo não luta é uma construção de classes para deslegitimar e desestimular o despertar da consciência coletiva daqueles que são oprimidos diariamente.

Assim a consolidação da democracia em prol do desmanche do Governo militar era uma forma de expor o descontentamento com um governo que mantinha a estrutura de privilégios para uma classe em detrimento de uma

grande maioria, portanto, os anos 1980, dito por muitos estudiosos como a década perdida, pode até ter sido a década perdida para a economia, contudo, foi a década de ganhos para a sensibilização e conscientização dos movimentos sociais, sociedade civil no rumo da construção de um ideário de Sociedade nos caminhos da Democracia, igualdade e solidariedade.

Nesses termos, a educação do período não foi construída dentro da escola, mas fora dela. Nos espaços informais de aprendizado, na militância dos partidos políticos na contra mão do regime ditatorial, na insatisfação esboçada por todos os milhares de militantes que iam para a rua lutar e resistir aos tempos nebulosos da repressão em busca de um ideário de sociedade mais dignamente justo.

A primeira eleição pós-regime militar com a vitória de Tancredo Neves, o Brasil tenta virar a página na sua política, mesmo com fatos inegáveis de desestímulos, como a inesperada morte do presidente eleito, ficando assim, o cargo para seu vice-presidente, José Sarney, um simpatizante de algumas práticas do Regime ditatorial.

No final dos anos 1980, mesmo com todos os acontecimentos políticos, econômicos e sociais, foi promulgada a Constituição Federal de 1988, que no campo da educação defendia a primazia da democratização do ensino, pelo o acesso e a permanência na escola, tendo como base a obrigatoriedade em todo o nível básico e também a gratuidade nas instituições públicas oficiais.

A Constituição Federal de 1988, também, conhecida como Constituição Cidadã, teve um intenso debate e participação durante o seu processo de elaboração. Sindicatos, movimentos sociais, Sociedade Civil organizada ou não, todos discutiam a nova carta magna da nação, criando assim, um projeto de norteador de nação totalmente diferente dos projetos já aprovados anteriormente.

O projeto estabeleceu um novo PNE (Plano Nacional de Educação). O artigo 214 da Constituição Federal de 1988 define os princípios fundamentais da Política de educação nacional. Desta forma, o artigo 214 diz que:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Constituição Federal, Brasil, 2009).

Sem dúvidas a materialização do PNE significou e significa uma ruptura com antigas tradições de um modelo de educação que não obtinha qualidade e nem tão pouco condições de ofertar a demanda necessária. A mudança representa um grande passo na construção de uma política educacional brasileira consistente.

Em 15 de novembro de 1989, logo depois da promulgação da Constituição Federal, outro passo fundamental foi dado para a democracia nacional, a primeira eleição direta do país.

Infelizmente, a intensa insatisfação do povo brasileiro não foi ouvida, mesmo com a participação prevista na Constituição. Os governantes eleitos diretamente aprovaram medidas conservadoras com claros princípios privatistas que aprofundaram ainda mais a crise e a dependência econômica de organismos internacionais. É desta forma que, o neoliberalismo começa a fazer parte da economia brasileira, abrindo o mercado para a economia internacional, possibilitando um intenso fluxo de produtos estrangeiros em detrimento da indústria nacional.

A adesão as políticas neoliberais não só intensificaram na Política e economia. Como já foi analisada, a educação de uma nação está intimamente ligada com a estrutura nacional, assim, a eficiência da mesma depende de inúmeros fatores que a influencia. A economia é um desses fatores, sem a mesma, o financiamento da educação não passa de um projeto utópico e filosófico, assim, a intensa crise que permeava os anos de 1980 intensifica-se

com a adesão aos moldes do neoliberalismo, trazendo reflexos não só na economia e política, mas, também, no projeto educacional, já que, em tempos de crise, os cortes e as reduções nas políticas sociais são constantes.

Mesmo com o avanço do projeto neoliberal acirrado e intensificado por organismos internacionais, os anos 1990, o Brasil participa da Conferência Mundial de Educação para Todos. Sendo financiado por agências produtivistas como o Banco Mundial e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), 155 países se comprometeram em garantir um ensino básico de qualidade a sua população, enfatizando ainda mais o projeto com o qual se comprometia a Constituição Federal de 1988.

Apesar de que, a exigência desse projeto de educação pautado na ideologia neoliberal, apenas intensificasse o ensino voltado para o trabalho, ou seja, a população dos tempos modernos deveria ser instruída gradativamente para a vida do trabalho não alterando as bases do Sistema produtivo e sendo responsáveis pela mão de obra necessária ao excedente do capital. Conforme expõe Shiroma:

Recomendava que os países da região investissem em reformas dos sistemas educativos para adequá-los a oferta os conhecimentos e habilidades específicas requeridas pelo sistema produtivo. Eram elas: versatilidade, capacidade de inovação, comunicação, motivação, destrezas básicas, flexibilidade para adaptar-se a novas tarefas e habilidades como cálculo, ordenamento de prioridades e clareza na exposição, que deveriam ser construídas na educação básica. (2000, p. 63).

Assim ficava claro o que significava ensino e educação para a construção de competências e habilidades para o mercado de trabalho, o mesmo deveria ser intensificado em todos os níveis de educação, mas, prioritariamente nos primeiros anos para a assimilação imediata das exigências dos organismos internos e internacionais.

O sistema educacional brasileiro sem dúvidas começa a se estruturar no início dos anos 1990 com os reflexos da nova Constituição Federal, o norteio do PNE e por último e não menos importante a LDB de 1996. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) foi sancionada em 20 de dezembro

de 1996 em pleno governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. O documento alterava a estrutura da educação, dividindo a sua estrutura em duas partes. A primeira parte engloba o ensino inicial e básico, compreendendo a educação infantil, ensino fundamental e o ensino médio, já a segunda parte do projeto visa o ensino superior. Outra novidade que esse documento estruturava e reconhecia era a educação de Jovens e Adultos, Educação a distância, Educação Especial e Educação Indígena que em outros projetos ficaram de fora, não sendo contemplados.

Muito do que se apresenta no documento foi formulado para superar o problema histórico do analfabetismo e a universalização do ensino, por isso grande parte do que foi apresentado está inserido nas formas elementares de educação, ou seja, na educação básica.

Apesar da aprovação da LDB, ainda a educação brasileira deixa muito a desejar, embora se tenha avançado muito com a consolidação do marco legal houve muitos retrocessos, principalmente no sucateamento dos estabelecimentos oficiais que ofertam a educação pública, seja esta nas suas inúmeras modalidades. Hoje, o salvacionismo protagonizado pelo papel da educação é no mínimo inspirador, contudo, todo o aparato teórico que legitima a causa, ainda encontra verdadeiras barreiras na sua consolidação e materialização diária. A vivência diária na educação ainda deixa lacunas evidentes no que tange qualidade de ensino, ainda paga-se muito mal aos profissionais da educação intensificados por um sucateamento dos estabelecimentos de ensino que demonstram como as políticas públicas são ineficientes ou no mínimo incoerentes com a realidade. Por fim, os frutos plantados pela a educação escolar ainda demonstra no cotidiano está bastante verde, ainda sem o amadurecimento necessário que a sociedade brasileira em toda a sua estrutura realmente necessita.

CAPITULO II: EDUCAÇÃO: PARA A CIDADANIA OU PARA EMANCIPAÇÃO?

“Seria uma atitude muito ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que permitisse às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de forma crítica”
(Paulo Freire).

No primeiro capítulo deste trabalho, foi realizada um resgate acerca do processo histórico da educação no Brasil, desde a sua formação durante a colonização até o marco legal com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e aprovação do PNE (Plano Nacional de Educação) e da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), vemos que muito se avançou no que tange a discussão da educação, principalmente na sua materialização e democratização possibilitando o acesso e a permanência nesse direito fundamental, tal qual, é o processo do ensino. Assim, neste segundo capítulo, nos permite analisar como a estrutura da educação dos dias atuais nasce pautada na construção e manutenção da sociedade democrática.

Nesta lógica, todo sujeito é um cidadão, onde exerce o seu maior direito na sociedade democrática liberal, o direito a ter direitos ou a cidadania. Mas afinal de contas o que é cidadania? O que é ser cidadão nos dias atuais? A cidadania contribui para o exercício contínuo da educação e vice versa? Enfim, muitas perguntas surgem para tentarmos amadurecer a discussão acerca da educação fomentada para a construção, individual e coletiva, da cidadania.

Daremos continuidade de como a cidadania contribui para uma sociedade democrática e qual a contribuição da mesma para a emancipação humana. Nesses termos, a educação deve se respaldar para a construção da cidadania coletiva ou na formação contínua, rumo à emancipação humana? Tentaremos responder a esses questionamentos entendendo a dicotomia social, na qual, possibilitou a criação dessa sociedade a partir de uma estrutura histórica, política e social que, satisfaz aos ditames do capital. Dessa forma, ir contra a as ideias propagadas por uma minoria dominante se torna uma tarefa

extremamente difícil, mas, humanamente possível de ser combatida e transformada.

Ao analisarmos o processo, no qual, a educação escolar brasileira nasce, torna-se necessário, antes de qualquer coisa, descortinar como a mesma se estrutura para o predomínio e manutenção da proposta capitalista de sociedade. Assim, qual o papel e função exerce a educação escolar para manter a hegemonia capitalista com a legitimação de uma República democrática?

É evidente que, o projeto de educação materializado no Brasil, já nasce em atraso, pois em 514 anos de nação, só após a democratização de 1988 com a promulgação da Constituição Federal, no final do século XX a educação é mantida como direito de todos e dever do Estado. Assim, a educação como direito social tem apenas 26 anos de efetivação. Sendo que, antes disso o Estado não tinha obrigações legais de garantir o acesso e a permanência dos estudantes, como, também, aos níveis de qualidade da educação, portanto, o ensino público era tratado com descaso visto como um amparo há aqueles que não podiam pagar

A educação brasileira, em todos os níveis, seja esta o nível básico (pré-escola, ensino fundamental, ensino médio) e o ensino superior, nunca se conseguiu, em termos práticos, propostas reais de universalização. Ou seja, mesmo após a reabertura democrática de 1985 com a aprovação da Constituição Federal em 1988 e a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da educação de 1996), o direito a educação retrocede do campo do direito para o campo do privilégio, não garantindo esse preceito a inúmeros indivíduos. No discurso do senso comum acerca da qualidade da educação, esta sempre foi posta a prova, já que, a escola brasileira, principalmente a pública é tida como sinônimo de ineficiência e má qualidade, desde as estruturas físicas até ao próprio ensino.

Essa realidade tem muito a revelar, talvez, a estrutura educacional pública nascida na precariedade e intensificada durante anos e anos na mesma perspectiva, nos revele que, o caos vivido hoje na educação, é um projeto histórico de Estado, distribuído nacionalmente para justificar a (re) produção e

o nascimento das instituições de ensino particular. Ou seja, o mau gerenciamento e a má qualidade da educação estariam associados propositalmente ao aparecimento de instituições de ensino particulares que visam o lucro diante de uma realidade pré-estabelecida intencionalmente, criando um discurso histórico de que, a educação pública além de ineficiente, tem baixos índices de qualidade se comparados à formação prestada por estabelecimentos de ensino particulares.

Dessa forma, a educação estabelecida como direito, passaria a ser um serviço de qualidade, um produto caro, um privilégio, para poucos que pudessem contribuir e pagar por essa mercadoria, tratando a educação pública ofertada nos estabelecimentos oficiais não mais como um direito social, mas, sim, como um subproduto ineficiente, agregando o mesmo aos ditames do mercado e a sua desenfreada mercantilização.

Por outro lado, um projeto de educação que produza apenas indivíduos aptos para a mão de obra do capital e não seres conscientes e pensantes, protagonistas de sua própria história, capazes de intervir na realidade social, não seja o objetivo principal do projeto de educação nacional. Já que, existe um controle real da educação no que tange as suas finalidades.

A despeito da educação como direito social Bobbio (1992) destaca que os direitos fundamentais ou direitos humanos são direitos históricos, ou seja, são frutos de circunstâncias e conjunturas vividas pela humanidade e especificamente por cada um dos diversos Estados, sociedades e culturas. Portanto, o Direito Social, nessa perspectiva é um avanço social para as sociedades, já que são estabelecidos e garantidos com base na luta desigual de classes para a efetivação do direito.

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 205 traz que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Se analisarmos o que foi estabelecido em lei, apenas no artigo 205, veremos três finalidades para a educação no Brasil:

- Visa ao pleno desenvolvimento da pessoa (A formação humana continuada, para além das instituições de ensino formal).
- Preparo para o exercício da cidadania (A necessidade de produção do cidadão para a vivência em sociedades democráticas).
- Qualificação profissional. (O incremento da mão de obra para a sociabilidade Capitalista).

Todas essas finalidades são de extrema importância na construção da sociedade brasileira atualmente, principalmente, no que tange a transformação social da consciência coletiva, entretanto, a legitimação da educação, nessa perspectiva, não potencializa a superação da sociabilidade regida pelo o capital, isso quer dizer que, apesar da educação como instrumento de transformação social a superação da sociedade de classes não está em jogo. Assim, o preparo para a cidadania não romperia com a lógica da educação regida pelos os ditames do capital, muito pelo contrario, manteria a sua ideologia central, a exploração de uma maioria em detrimento de uma minoria e a manutenção da propriedade privada. Portanto, a ineficiência da educação com a não construção de uma consciência critica coletiva capaz de transformar verdadeiramente a sociedade faz parte de um projeto que apenas visa à formação do sujeito para o incremento ao mercado de trabalho. A própria LDB de 1996, expõem no seu título primeiro que “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”, intensificando mais uma vez que a prioridade da educação na formação dos sujeitos é a produção massiva para o trabalho como objetivo fundante.

Assim, a cidadania nessa perspectiva não passa de uma expressão da alienação própria da sociedade regida pelo capital. Ou seja, no Brasil a cidadania não foi estabelecida por um conquista, mas, sim, por uma concessão das elites em mais uma das reformas encabeçadas pelo o poder para não perder a sua hegemonia após a reconstrução democrática de 1988. De acordo com MOURA, acerca da cidadania no Brasil:

Podemos afirmar que uma das maiores discrepâncias desses sistemas reside no fato de que o tripé que compõe a cidadania – direitos políticos, civis e sociais – foi por aquele povo conquistado (*Inglêses*) e, para nós, *doado*, segundo os interesses particulares dos governantes de plantão (MOURA, 2010, p. 23).

Outro fator importante de análise parte do princípio da cidadania estabelecido por um dos autores mais conhecidos que trata do tema. T.H. Marshall, em seu estudo sobre o ressurgimento da cidadania nas sociedades modernas expõe que, a cidadania foi materializada a partir de um processo, surgindo com a formação dos chamados direitos fundamentais, ou seja, a junção dos direitos políticos, civis e sociais. Esse processo se deu no início do século XVIII com a conquista do direito civil, estabelecendo as liberdades individuais. Nota-se que, a conquista dos direitos civis eram essenciais a nascente sociedade Capitalista, pois, garantia a livre concorrência de mercado indispensável ao novo modelo econômico. Ou seja, até o amadurecimento da ideia de cidadania favoreceu e fortaleceu o desenvolvimento da nascente sociabilidade do capital.

O nascimento da cidadania não foi algo dado, mas sim, construído historicamente, sendo refletido pelos rebatimentos políticos, econômicos e sociais do século XVIII, amadurecendo a consciência daqueles envolvidos no processo de conquista. Vale ressaltar o papel da nascente burguesia na revolução que culminou na construção da proposta cidadã e no renascimento da Democracia que legitimou o predomínio do Sistema Capitalista. Nota-se que, enquanto as conquistas empreendidas no século XVIII na Inglaterra conseguem estabelecer o consenso dos direitos fundamentais, estes só começam a ter efetividade real no Brasil, no que tange a educação, no final do século XX, muito tempo depois dos acontecimentos da Europa.

Ademais, surgiram os direitos políticos no século XIX, considerados por muitos estudiosos da área como um aprimoramento dos direitos civis, garantindo o exercício participativo no meio político, tanto na garantia do voto, como na possibilidade de ser membro da construção política como candidato. Para Marshall, esse momento foi o mais conturbado, pois, os direitos políticos

exprimiam a igualdade dos sujeitos em uma sociedade de desiguais. Nesses termos, Marshall ressalta que:

Os direitos políticos da cidadania, ao contrario dos direitos civis, estavam repletos de ameaça potencial ao sistema capitalista, embora aqueles que estavam estendendo, de modo cauteloso, tais direitos às classes menos favorecidas provavelmente não tivessem plena consciência da magnitude de tal ameaça (Marshall, 1977, p.85).

Para finalizar a análise da tríade dos direitos fundamentais, surgiram no século XX os direitos sociais, garantindo o Estado de bem-estar social aos cidadãos potencializando o acesso aos serviços educacionais e sociais.

Assim, nesse breve resgate histórico, é analisado como as conquistas sociais foram essenciais na construção da sociabilidade moderna, enfatizando a cidadania como caminho da construção da democracia moderna. Contudo, falar das conquistas sociais, dos direitos estabelecidos em lei e não falar das lutas sociais que garantiram essas conquistas é esquecer-se da intensa ação de classes que perpassa na sociedade capitalista, portanto, essas conquistas foram construídas na luta desigual entre a elite burguesa e os trabalhadores proletários que culminou em revoluções e reformas importantíssimas para o protagonismo social.

Nota-se que esse processo da consolidação dos direitos fundamentais constituído nos estudos de Marshall, foi o estabelecido na Europa, precisamente na Inglaterra, sendo diferente do nascimento dos direitos fundamentais do Brasil, portanto, como será que se deu esse processo no Brasil?

Para Carvalho, “O Brasil não passara por nenhuma revolução, como a Inglaterra, os Estados Unidos, a França. O processo de aprendizado democrático tinha de ser, por fora lento e gradual” (Carvalho, 2001, p.43). Houve sim experiências políticas anteriores na formação do Brasil, foram inúmeras as revoltas encabeçadas pela insatisfação social com o poderio do Estado, entretanto, todas ofuscadas e reprimidas não tendo efetividade para preparar o cidadão brasileiro para suas obrigações cívicas, retardando ainda

mais a noção de consciência sobre o conceito de democracia e cidadania no Brasil.

Nestes termos, a cidadania é sinônimo de luta para o reconhecimento do papel do Estado e dos sujeitos sociais, mesmo que esta não exija a superação da sociabilidade vigente, é uma conquista da humanidade na busca pela ampliação dos Direitos, das liberdades individuais e coletivas contra quaisquer tipo de dominações que ainda infelizmente tendem a se produzir e reproduzir.

Analisando esta linha cronológica, fica fácil entender que, as tentativas de construção de um reconhecimento do Estado de direito foram ofuscadas e reprimidas, portanto, a cidadania que foi conquistada em outros países no Brasil se torna uma política de concessão governamental, muitas vezes, impulsionadas pela pressão de organismos internacionais no reconhecimento aos direitos do cidadão local.

Essa inversão de lógica possibilitou um fato curioso na sociedade brasileira, fazendo com que o direito nunca fosse compreendido como conquista, mas, sim, como um favor do Estado para a população, criando uma posição de dependência perante os governos em toda a sua estrutura, tanto, Federal, Estadual e Municipal. Sobre este fato, Carvalho expõe que:

O governo inverteu a ordem do surgimento dos direitos descrita por Marshall, introduz o direito social antes da exaustão dos direitos políticos. Os trabalhadores foram incorporados à sociedade por virtude das leis sociais e não de sua atuação sindical e política independentes (Carvalho, 2001, p.124).

Agora, associado a essa realidade criaremos uma equação de fácil entendimento, mas com complexos rebatimentos na vida e na história dos brasileiros. De um lado construa historicamente uma população exclusivamente dependente, e do outro, estabeleça um quadro de educação quase inexistente até a metade do século XX, portanto, está aí, a soma da construção social brasileira e os motivos pelo qual até os dias atuais o Brasil sofre com uma carência irreduzível na sua estrutura social, política, educacional e participativa.

A população brasileira em sua maioria não aprendeu a fazer política, aprendeu a receber tudo feito e feito da forma errada. A mesma, pode até ser culpada por tanta passividade, mas, como mudar essa realidade se a estrutura e os mecanismos criados pela sociedade punem direta e indiretamente a população? Aliado ainda a manutenção de uma estrutura hegemônica que garante a consolidação de direitos sociais não colocando em pauta os motivos reais que gera tanta desigualdade social no Brasil, tal qual, é a sociabilidade regida pelos ditames do capital.

Assim, cria-se uma estrutura capaz de fazer com que o sujeito não desperte a consciência da realidade que o cerca, legitimada ainda, pela mídia manipuladora que a todo o momento culpabiliza o indivíduo pela sua maneira de viver e pela não realização pessoal, lembrando que a culpa pelo o fracasso pessoal, e até mesmo coletiva, faz parte do não esforço do mesmo, nunca revelando o fato real, a sociabilidade regida pelo o capital pune os seus adeptos, direta e indiretamente, mas, pune quase que exclusivamente os mais pobres e a classe trabalhadora que sentem diariamente o peso da pobreza e dos riscos sociais vivendo lado a lado. Essa não tomada de consciência por parte dos sujeitos sociais faz parte de uma herança histórica calcada com as bases da manipulação e da alienação. Assim, as mídias sociais, teriam um papel fundamental como potencializador da tomada de consciência dos indivíduos, entretanto, o papel das mesmas é inverso, potencializando a alienação da população, sendo crucial para legitimar o poderio do capital.

A construção de um projeto de educação onde rompa com a legitimação do capitalismo são essenciais para tomada de consciência de classe na superação dessa sociabilidade. Lembrando que, o capitalismo, como qualquer outra forma de sociabilidade é, parafraseando Tonet (2012), “inteiramente histórica e essencialmente limitada”, portanto a história do homem como sujeito histórico não se limita na sociabilidade do capital, esta como qualquer outra sociabilidade pode ser superada, por outro modelo de sociedade mais justo, equânime, potencializadora de direitos e fomentadora de uma solidariedade coletiva, rompendo assim, com a intensa desigualdade estabelecida pelo capital.

Para isso é essencial à construção de uma sociabilidade provocativa que altere a realidade vivida dos cidadãos, assim, um Projeto de educação ativo, provocativo e funcional é determinante para modificar a realidade dos dias atuais, construindo assim, entre os sujeitos uma consciência capaz de despertar a transformação e inclua o cidadão atual na participação ativa da sociedade. Nota-se a importância de universalizar a educação em todos os níveis e que a mesma possibilite o estímulo devido de incluir os sujeitos.

A construção dessa sociabilidade, como qualquer outra, não será um papel fácil, pois, deve-se romper com a tradição histórica do senso comum e das verdades “imutáveis” vivido nos dias atuais que naturalizou a tudo. Portanto, o papel da educação, propriamente definido como o fomentador da consciência coletiva na busca pela construção da soberania popular é essencial no rompimento dessa perspectiva e na consolidação de outro modelo de sociabilidade.

Sendo assim, essa nova configuração de um projeto de educação pautado na construção de um ideário de sociedade, possibilita que haja uma transformação radical na base social dos dias atuais. Coutinho traz em um de seus artigos sobre cidadania e modernidade que essa nova possibilidade “culminaria na construção de um ordenamento Socialista capaz de realizar plenamente a democracia e a cidadania” (COUTINHO, 2000, pg. 22), ainda é exposto no mesmo texto a ideia de que a ampliação dos direitos sociais e da construção da soberania popular torna possível uma revolução, mas uma revolução sem violência, estabelecida a partir “de um processo de reformas” que ampliaria a conquista dos direitos.

Torna-se necessário ressaltar que, a mudança de postura na forma de construir a educação, moldada no estabelecimento da conquista da soberania popular, tal qual, como nos é apresentado na carta magna de 1988 em seu Artigo 1º “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta constituição” é garantir que o poder esteja na mão do povo, assim, romper com a forma política dos dias atuais de representação é essencial para a legitimação da soberania do povo. Torna-los conscientes, ativos, provocativos é garantir a superação da

Democracia representativa e legitimar a Democracia participativa, colocando o ser social como central nas manifestações da sociedade, trazendo assim a ideia de participação. Lembrando que, a participação na democracia brasileira nos dias atuais é um desafio, tanto na sua materialização, como, também, na sua eficácia no sentido de construir uma discussão onde leve informação consciente a todos. Deste modo, a participação deve sempre andar lado a lado com a construção da soberania democrática, sendo o ponto norteador da emancipação, nesses termos, a emancipação não será apenas vista como o gozo pleno da garantia de direitos, por outro lado, será vista em toda a sua plenitude, possibilitando, a inclusão para participar e a participação para incluir, criando assim, uma mentalidade participativa no novo modelo de sociabilidade, juntamente, com o projeto de educação pautado na emancipação humana.

Para findar esse capítulo, trago a ideia de que o capitalismo, como já exposto, é uma sociabilidade passageira, mesmo, com toda a instrumentalidade com o qual, sempre se aprimora para manter a sua hegemonia. Sua superação, nesses termos, é humanamente possível, mesmo que esta tarefa pareça impossível. O próprio Estado brasileiro criou uma educação pouco crítico, quase não interventiva que possibilita muito pouco o despertar de consciência, intensificado, também, por uma superestrutura que aliena o sujeito de tal forma que até a educação torna-se (re) produtora das ideias da classe dominante.

Assim, a educação dos dias atuais faz seu papel, fomenta intensivamente a produção em larga escala de mão-de-obra para o capital, mão-de-obra, muitas vezes com pouco conhecimento e que acaba se tornando o exercito industrial de reserva do capital. O despertar dessa situação é essencial para driblarmos essa realidade, contudo, deve ser feita, de baixo para cima e não mais de cima para baixo, ou seja, a tomada de consciência dessa necessidade histórica deve partir pelos mais necessitados e oprimidos, ou seja, o proletariado. Carlos Nelson Coutinho traz que:

Esse processo é contraditório, sujeitos a avanços e recuos, porque no limite, há um antagonismo estrutural entre essa universalização da cidadania e a logica do funcionamento do modo de produção capitalista, cuja implantação, consolidação e expansão foi, decerto, outra característica da modernidade. (COUTINHO, 2000, pg. 23).

Assim, criar um projeto que norteie a educação para além da sociabilidade regida pelos ditames do capital, consumando assim, a ideia de cidadania plena, tal qual, é a emancipação humana, torna-se a tarefa central da classe revolucionária, concebendo o que foi prometido e nunca cumprido pelo capital, a promessa de emancipação em toda plenitude do homem, superando o processo de alienação e as opressões criadas pela sociedade capitalista. Nesses termos, a educação deve ser direcionada não apenas para o exercício da cidadania, pois, pelas estratégias concebidas pelo capital, esta sempre obedecerá a seus ditames, logo, a construção da soberania popular deve ser norteada pelos ditames da emancipação humana, superando a sociabilidade do capital. Como diria Marx em um de seus escritos “Uma ideia torna-se força material quando ganha as massas organizadas”.

CAPITULO III: A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE IAÇU: OS DESAFIOS NA MATERIALIZAÇÃO COTIDIANA DESSE DIREITO.

Após a análise do primeiro capítulo acerca da história da educação, e a discussão no segundo capítulo abordando as finalidades da educação nos dias atuais ser centrada no exercício da cidadania, este terceiro capítulo traz um exame do que é a educação na sua materialização cotidiana, para além do marco legal estabelecido em leis e planos nacionais. Como efetivamente é construída a educação no município de Iaçu no sertão da Bahia? Quais os desafios encontrados na materialização desse preceito fundamental? Como é construída a cidadania no município de Iaçu a partir da educação? Enfim, muitas perguntas instigantes para tentarmos responder a este desafio, tal qual, é a materialização de uma educação capaz de transformar a realidade dos indivíduos.

3.1. Um pouco de história:

O município de Iaçu está localizado na região de planejamento do Paraguaçu, ao sul da Chapada Diamantina no Estado da Bahia, e possui uma área de 2.451,50 KM². Fica ao lado do rio Paraguaçu, onde ainda é possível a atividade da pesca. Possui um clima semiárido e sofre com longos períodos de seca, sendo que, o território está inserido na área denominada de “Polígono das Secas”. De acordo com o censo do IBGE, em 2010, a cidade possui cerca de 26.000 habitantes, distribuídos entre a zona urbana e zona rural, sendo que 78,36% da população vivem na área urbana.

De acordo com os documentos do arquivo público municipal, a origem do município de Iaçu está inteiramente ligada com a história do Brasil, precisamente com o século XVII e as expedições da última das grandes Bandeiras na expansão de terras inexploradas, fomentando assim, o predomínio de Portugal no interior do território. A expedição era comandada pelo capitão João Amaro Maciel Parente que como pagamento pelos seus

serviços pediu Sesmaria do território a Corte. Desse jeito, é criada a primeira vila no território, a Vila de João Amaro.

Com o avançar do tempo, por volta do ano de 1882, quando se intensifica o desenvolvimento das vias férreas no Brasil, o território onde se situa laçu veem a se desenvolver. O que antes era uma fazenda de gado passa a ser chamado de Sítio Novo. Vale ressaltar que, o território compreendido por laçu, pertencia ao município de Santa Teresinha (Resolução Municipal nº 03 de 19 de Abril de 1922 e aprovado pela Lei Estadual nº 1569 de 03 de Agosto do mesmo ano).

Assim, com o crescimento e desenvolvimento do território a emancipação se tornou possível graças a Lei Estadual nº 1026, de 14 de Agosto de 1958 que eleva o então povoado à categoria de município, tornando-se a cidade de laçu. Nota-se que, o nome do território foi batizado em homenagem ao rio Paraguaçu que passa dentro da cidade, ou seja, laçu significa em tupi-guarani “Água Grande”.

A vinda da ferrovia para o território de laçu foi essencial para a elevação de categoria de sítio para município, como, também, para o desenvolvimento local. Era um ponto de ligação de extrema importância entre o interior e a capital. Atualmente, o município tem limites com outras cidades importantes do interior da Bahia, tais como, Santa Teresinha, Milagres, Amargosa, Brejões, Planaltino, Marcionílio de Souza, Boa Vista do Tupim e Itaberaba.

Apesar de laçu ter uma estrutura como município já desenvolvido em seus 56 anos sua história nem sempre foi assim. A primeira escola pública surgiu tardiamente, denominada de Escola Rural, ainda quando o território pertencia ao Município de Santa Terezinha. A estrutura era bem precária contendo apenas uma sala de aula, banheiro e uma pequena dependência para a moradia do professor. A escola era mantida com recursos públicos do Governo Estadual.

Com o passar do tempo, a escola passou a ser chamada de Colégio Municipal Castro Alves, deixando de ser financiada pelo o Governo Estadual e ofertando o ensino de 1º e 2º graus. Um dado importante acerca desse Colégio é que, os recursos do colégio era uma parceria entre a prefeitura e os pais dos alunos, portanto, para se estudar era necessária uma prévia contribuição mensal.

Pela Rede Estadual de Ensino foram criadas através da Portaria 4.098 do D.O. de 11.06.81 as seguintes escolas no município: na Sede do município: Escola Dr. Elísio Medrado, Professor Rômulo Galvão de Carvalho que com o tempo foram municipalizadas; Distrito de João Amaro: Arquiteto Raul Cajado, Engenheiro Lauro Farani Pedreira de Freitas, Edgar Pereira e José dos Reis Almeida (municipalizadas); Distrito do Faustino – Manoel Justiniano de Moura Medrado (municipalizada); Distrito de Lajedo Alto: Genésio Ferreira de Santana (municipalizada).

Em 1984, através da portaria 1404 do D.O.U. de 26.06.84 foi autorizada a ampliação do Ensino fundamental até a oitava série na Escola Engenheiro Lauro Farani Pedreira de Freitas passando a ser denominado de Escola de Primeiro Grau Engenheiro Lauro Farani P. de Freitas. Após intensa luta e mobilização da população, em 1997 foi autorizado à oferta do ensino médio na mesma escola, através da Portaria 5037/97. Atualmente, esta escola atende a cerca de 1600 alunos, distribuídos nos três turnos, do ensino fundamental ao médio.

Apesar de a educação escolar gratuita com possibilidades de acesso e permanência ser recente na história de laço com pouco mais de 20 anos de consolidação, a Rede de educação do município, que aí inclui a oferta de ensino municipal e estadual, avançou em muitos sentidos, graças ao intenso empenho dos profissionais ligados a educação e dos gestores municipais. No passado, não tão distante, não existia uma infraestrutura capaz de comportar toda a real demanda da educação no município, esse cenário foi se transformando e se consolidando aos poucos, superando sempre os desafios e avançando na tentativa de efetivação do Direito.

Um dos grandes desafios acerca da materialização diária da educação do pequeno município é a formação dos professores, segundo a Secretaria de Educação do Município, pois a região sul da Chapada Diamantina, conta com uma escassa estrutura de Instituições de Ensino Superior, principalmente, nas cidades de pequeno porte, menos desenvolvidas e com origens agrárias, como é a realidade de laço.

Os desafios da formação dos professores e alunos da rede de ensino do município começam a ser mudadas com a vinda da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) na cidade vizinha de Itaberaba (Campus XIII) em 1991, assim,

começou a batalha pela entrada dos profissionais ligados a educação e a comunidade em geral. Esta foi à primeira Universidade pública da região e a única até os dias atuais.

A universidade oferta os cursos de Pedagogia, Letras e História e abarcava toda a região. Apesar das poucas vagas e uma estrutura ineficiente para atender a real necessidade de uma região abandonada historicamente. Assim, com a vinda da UNEB para a região, um leque de oportunidades surgiu para diversos públicos, que além de buscarem os cursos ofertados pela Universidade, recorreram também a licenciaturas e bacharelado em instituições de ensino publicas e privadas do estado.

Até pouco tempo atrás, laçu contava com duas extensões de faculdades particulares (FACE e FTC/EAD), que ofereciam diversas licenciaturas na modalidade EAD (Ensino a Distancia) como os cursos de matemática, geografia, história, biologia, letras. Contudo, a falta de recursos dos estudantes impedia o pagamento das mensalidades que para aquela região tornava-se dispendioso, tanto para o indivíduo como para a família do mesmo arcar, assim, as duas faculdades acabaram decretando falência.

Apesar de uma estrutura historicamente ineficiente para suprir toda a real demanda por um ensino de qualidade, a educação do município avançou muito, trazendo professores e técnicos de outras regiões para trabalharem nas escolas da pequena cidade. Essa situação acarretou melhorias significativas, tanto na atuação do professor, quanto no rendimento do aluno.

3.2. A educação do município de laçu: os desafios enfrentados para a construção da cidadania.

O pequeno município é relativamente novo, foi emancipado no dia 14 de Agosto de 1958, ou seja, em 2014 completou 56 anos de emancipação política. Como já analisado acima, a pequena cidade, apesar de nova, já possui uma estrutura desenvolvida, capaz de atender minimamente as necessidades básicas da população, mesmo com seus inúmeros desafios como abordaremos neste capítulo. Como o foco desse trabalho é a educação escolar e como a mesma possibilita a construção de sujeitos críticos para exercerem a cidadania

vivida hoje nos dias atuais, vamos nos debruçar acerca da realidade vivida pelo o Projeto de educação no território de laçu.

Assim, ao analisarmos a educação dos dias atuais, cabe-nos refletir sobre os desafios de uma região esquecida por anos pelos os governantes, tal qual é a região da Chapada Diamantina, principalmente, no que tange o desenvolvimento da educação. Portanto, a realidade de laçu é a realidade comum de pequenos municípios da mesma região.

laçu é considerado um município pobre e desigual, onde de acordo com o IBGE 63,4% da renda total produzida pelo o município se concentram nas mãos dos 20% mais ricos, tendo como a principal atividade econômica, a agropecuária ligada a pequena agricultura e o setor de serviços. Logo, a educação é vista pela população como uma possibilidade de ascensão social.

Ao debruçarmos na pesquisa de campo, foi analisada a realidade das instituições locais, assim, o primeiro encontro foi marcado na Secretaria de Educação Municipal com a gestora (Roseli Bispo Louzada), logo depois, analisamos a realidade dos Colégios Estaduais que ofertam o Ensino Médio no pequeno município, além de entrevistarmos os diretores das respectivas instituições (Lauro Farani P. de Freitas e Escola Arquiteto Raul Cajado) e algumas turmas do Ensino Médio.

O principal objetivo das instituições que promovem o ensino no município de laçu, segundo seu Plano Municipal de Educação (2007) é a garantia de acesso e permanência do corpo estudantil nas diferentes modalidades de ensino, que vão desde a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, EJA (Educação de Jovens e Adultos), Educação no Campo e Educação Especial, tendo sempre o foco da melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Rede de Ensino do município. Nota-se que, o Ensino Superior ainda é um sonho quase que distante da realidade local, já que não existem instituições que ofertam essa modalidade na cidade, tendo que os estudantes irem buscar por essa demanda em outras regiões, Estados e até mesmo fora do país para uma maior formação e uma qualificação profissional mais eficiente.

De acordo com os dados obtidos pela Secretaria de Educação do município de laçu, a Rede Municipal de Ensino é uma estrutura relativamente grande, composta por 57 unidades escolares distribuídas entre a zona urbana

(10 escolas) e a zona rural (47 escolas), atendendo cerca de 5500 alunos e com aproximadamente 800 profissionais ligados ao ensino, desde professores, como, também, coordenadores que auxiliam no suporte técnico e na tentativa do avanço qualitativo da educação municipal. Mesmo havendo uma quantidade muito grande de escolas na zona rural, a educação do pequeno município não é basicamente rural. As 10 escolas da sede comportam cerca de 80% dos alunos em idade escolar, isso devido à nucleação das escolas, onde os alunos da zona rural são deslocados de suas comunidades para estudarem em escolas maiores.

O ensino médio, de acordo com a direção do Colégio Estadual do Município, também é ofertado, tanto na zona urbana quanto na zona rural, a partir do ensino oferecido pelo o Estado, tendo um colégio e um anexo no distrito de João Amaro, no qual, oferece a 1600 alunos o ensino médio na modalidade regular e na modalidade integrada. A modalidade integrada (Ensino Médio e Técnico) possibilita ao aluno a formação no curso de Agropecuária e Suporte e Manutenção em Informática, sendo que o curso de suporte e manutenção em informática é ofertado ao PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos).

A oferta privada de ensino também está presente no cotidiano de laçu, tendo um público específico e exclusivo, no qual, pode pagar pelo o serviço oferecido pelas escolas, sendo que, não existe escola ou colégio que ofertem o Ensino Médio particular na pequena cidade. Assim, aqueles que queiram os serviços particulares do Ensino Médio, vão para outras cidades ou regiões próximas.

Essa é a estrutura da rede de ensino ofertado pelo o município de laçu nas suas diferentes esferas públicas (municipal e estadual) e privada. Mas, quais são os desafios que se apresentam na materialização cotidiana da educação na cidade de laçu? Analisaremos após as intensas pesquisas de campo na Rede de ensino do município quais os principais desafios apresentados na materialização diária da educação ofertada pelo o município:

3.3. Níveis e modalidades de ensino: os desafios cotidianos.

A educação é um processo permanente, sendo que todos os cidadãos têm direito a uma escola que cumpra a sua função social, tanto qualitativamente como quantitativamente, buscando as melhores condições no processo de gestão, ensino e aprendizagem, garantindo o acesso e a permanência no intuito de formar sujeitos conscientes para o exercício da vida cidadã.

De acordo com LDB 9394/96, os municípios são responsáveis, prioritariamente pela materialização da educação infantil ao ensino fundamental. Assim sendo, o município de Iaçú tem juntado esforços para garantir o atendimento ao público específico que demandam vagas nas diversas modalidades de ensino.

As condições básicas de funcionamento das escolas da rede municipal de ensino apresentam uma infraestrutura física razoavelmente satisfatória, contudo, nem todas possuem quadras para atividades físicas, laboratórios de informática, biblioteca, refeitório e cozinha. Assim, a questão da merenda escolar de algumas localidades da zona rural é feita na Cantina Central e distribuídos para as localidades em que não existe cantina, enquanto no restante das escolas, os alimentos são armazenados e feitos nas próprias unidades de ensino. Torna-se necessário ressaltar que, a elaboração do cardápio tem o foco na mudança de hábitos alimentares saudáveis, já que no corpo de profissionais responsáveis pelo o preparo da merenda, existe uma nutricionista que elabora o cardápio e ministra cursos para as cozinheiras. É interessante frisar que, as compras realizadas pela Secretaria de Educação do município, no que tange gêneros alimentícios são realizadas junto da agricultura familiar local, usando produtos industrializados de forma bem reduzida.

Na modalidade da educação infantil, o atendimento é feito as crianças de 0 a 3 anos de idade nas 04 creches infantis, com uma carga horária mínima de 09 horas, assim, a criança chega à creche às 08 da manhã e fica em tempo integral até às 17 horas, tendo direito garantido de 4 a 5 refeições diárias. A população ainda conta com uma unidade de ensino exclusiva que ofertam

matrícula para crianças de 4 e 5 anos de idade, bem como, 52 escolas distribuídas por toda extensão territorial do município.

O desafio cotidiano da materialização desta modalidade de ensino está no acesso e na garantia de permanência do público, daí a importância de garantir vagas suficientes para o atendimento de todos. Também é importante ressaltar a qualidade dos serviços prestados, tanto na zona urbana como na zona rural. Tornando necessária a adequação dos espaços físicos aos padrões mínimos de atendimento necessário para o bom funcionamento das instituições, sendo que tal situação apresenta-se mais grave nas escolas da zona rural.

A zona rural é um caso a parte já que existe a necessidade da formação continuada dos professores, por conta da realidade específica de cada localidade, assim, o ensino multisseriado ofertado em muitas escolas é um desafio tanto na questão do aprendizado dos alunos, como nas aulas ministradas pelos os professores, necessitando rotineiramente de formação continuada para esses profissionais.

O projeto de nucleação das escolas (Fechar as pequenas escolas e abrir um centro maior, nucleador que comporte a zona rural compreendendo toda a demanda e um só espaço ou espaços maiores) é um desafio a sua consolidação. Os pais dos alunos das localidades mais distante da sede do município evitam deixar seus filhos usarem o transporte escolar, muitas vezes, em condições precárias, para deslocarem os seus filhos para os centros de ensino maiores, essa realidade faz com que o município comporte uma quantidade de escolas muito grande (47 escolas na zona rural), também, a nucleação faz com as escolas da zona rural sejam abandonadas, rompendo com toda uma tradição das localidades, assim, os pais e a comunidade em si são contra o processo de nucleação, no qual, a Secretaria de Educação do município tenta desenvolver. Essa realidade nos faz refletir, o fechamento de escolas na zona rural contribui prematuramente para o êxodo rural, já que as oportunidades são centralizadas na zona urbana, ficando assim dependente dessa realidade para o indivíduo poder se desenvolver, por outro lado, o ensino multisseriado demonstra uma precarização do aprendizado, muitas vezes, contribuindo para a não qualidade do ensino prestado.

Nestes termos, a construção de um projeto de educação qualitativo deve-se sim se respaldar na garantia de vagas suficientes para suprir toda a demanda, mas, também, a garantia das vagas deve ser vinculada a qualidade da educação prestada pelo o município de forma igualitária, tanto na zona urbana quanto na zona rural, mesmo que o aparato para a eficiência da escola da zona rural, por conta de uma logística mais aplicada seja um desafio a ser enfrentado.

No Ensino Fundamental, o quadro educacional do município de Iaçua ainda é bastante insatisfatório, tanto em dados obtidos por indicadores nacionais, estaduais ou municipais, como na própria prática vivenciada no cotidiano. O município não possui uma estrutura educacional capaz de alterar a realidade eficazmente. Os próprios dados demonstram o quanto ainda se precisa avançar para superar a realidade.

¹Tabela I - Taxa de frequência líquida do Ensino Fundamental.



Apesar dos avanços incontestáveis realizados nos últimos 20 anos no que tange o processo educacional no Brasil, ainda cerca de ¼ da população em idade escolar no período analisado não conseguem acessar o ensino fundamental por inúmeros motivos. Além da falta de vagas suficientes para a demanda total no município, os que conseguem ingressar na escola contam com uma realidade infeliz, a evasão escolar, ocorrendo com frequência, tanto na zona rural como na zona urbana. Nota-se que a taxa de frequência em 2010 diminuiu se comparado o ano de 2000, mesmo com todo o incremento de

¹ Nota-se que, todos os dados apresentado nas diversas tabelas desse trabalho, foram retirados do site do IBGE. Os resultados são do Censo 2010.

políticas nos diversos níveis (Federal, Estadual e Municipal), ainda assim, a educação não está sendo efetiva no que tange o acesso e a permanência dos alunos em idade escolar, portanto, garantir a vaga é fundamental, contudo, a permanência é a grande questão para alterar a realidade vivida nos dias atuais no pequeno município.

A evasão escolar no município é um fenômeno antigo, sustentado por uma estrutura desigual, sendo apresentada na maioria dos municípios brasileiros, principalmente no nordeste e nas regiões secas do sertão. São inúmeros os motivos que acarretam essa realidade: a necessidade de trabalhar e ajudar no sustento de casa, ajudar aos pais em casa e no trabalho (realidade apresentada principalmente na zona rural), a falta de interesse por parte dos alunos, a dificuldade de aprendizagem, proibição dos pais aos filhos de irem à escola, são os motivos mais frequentes apresentados diariamente na realidade da educação de laço.

As causas da evasão escolar perpassam as realidades socioeconômicas, culturais, geográficas, pedagógicas, aliados a uma baixa qualidade no ensino prestado que desestimula os estudantes a quererem continuar dentro da escola. Além da questão dos transportes precários que levam os alunos de suas diversas localidades ser um desestímulo, colocando em perigo a vida dos estudantes, como, também preocupando os pais em deixarem seus filhos, crianças e adolescentes, conviver com essa situação para estudar.

Outro problema relacionado à evasão é a questão da volta do aluno a escola, normalmente, em atraso escolar ou a distorção idade-série, sendo este um fator gerador de desigualdades e de falta de qualidade de aprendizado. Vale ressaltar que, este é um problema recorrente na realidade brasileira, portanto, não sendo apenas uma realidade apresentada no município. Além disso, o atraso escolar pode ocasionar custos maximizados ao psicológico dos alunos em situação defasada.

Assim sendo, o grande desafio a ser enfrentado na materialização cotidiana da educação, principalmente do ensino fundamental está relacionado às questões sociais do município que influenciam direta e indiretamente na eficiência da escola e na continuidade da vida escolar do aluno nas suas variadas modalidades de ensino. Portanto, cabe entender como as múltiplas

expressões da questão social em toda a sua totalidade influencia no aumento da evasão escolar, contribuindo para não garantia da cidadania. Nesse contexto, torna-se necessário fomentar um processo educacional, no qual, potencialize a questão da educação como eixo principal da sociedade democrática e da formação e amadurecimento da cidadania entre os diversos atores envolvidos no processo educacional.

De tal modo, o processo educativo deve integrar o acesso à participação não só da comunidade escolar (profissionais ligados à educação e alunos), mas, também a participação dos familiares dos alunos. A tríade da escola é importante para o bom funcionamento da mesma, assim, o trabalho em conjunto entre escola, alunos e família se torna mais que necessário para o bom desenvolvimento das relações sociais, tanto para o rompimento com o distanciamento de dentro dos muros escolares, sensibilizando a comunidade acerca da importância do processo educativo na vida dos alunos, contribuindo, também, para o bom funcionamento da gestão, portanto, a criação da associação de pais e mestres deve ser fundamental e potencializada para a melhoria da realidade da educação, sendo um instrumento aliado a favor da participação na vida estudantil e na eficiência democrática.

Os problemas relacionados ao desestímulo na escola decorrem dos baixos níveis na qualidade prestada da educação básica e a convivência com inaceitáveis níveis de inadequação idade-série, sendo que o percentual de reprovação, muitas vezes se torna maior que o de aprovados, assim, as altas taxas de reprovação, além de agravarem o problema da repetência escolar, ainda impulsiona o aluno a abandonar a escola, influenciando diretamente no abandono da mesma.

Essa realidade nos revela que o aluno está inserido em um contexto escolar tão desigual que o papel potencializador, tal qual, é a educação, torna-se invertido, ao invés do aluno aprender acaba de certa forma não fomentando o conhecimento. Assim, os métodos aplicados são tão ineficientes que revelam uma infeliz realidade no processo de aprendizagem, seja esta potencializada pelos os inúmeros fatores que contribuem para essa situação que perpassam a questão do ensino ministrado nas aulas. Logo, a ineficiência do processo educacional que contribui para a evasão escolar é também refletida pela necessidade do aluno em trabalhar impulsionada pelo o grande índice de

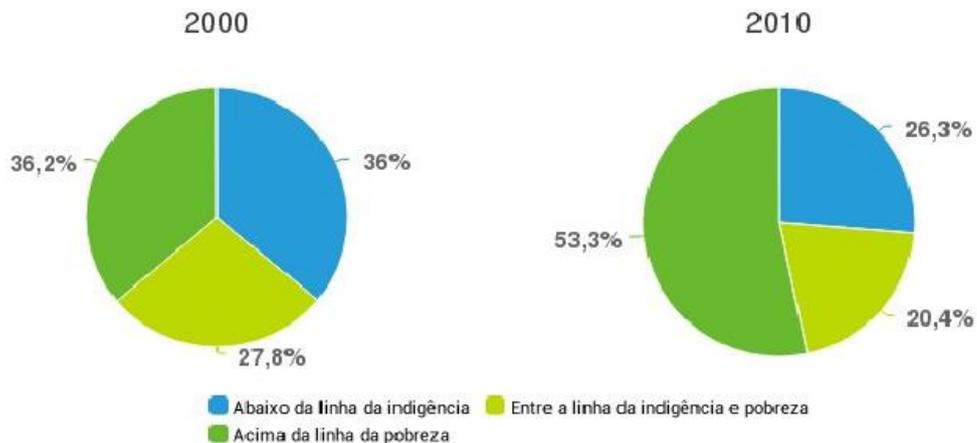
desemprego que acarreta no município, sentindo-se obrigado a ajudar seus pais nas despesas diárias.

Aliado a isso a realidade do grau de desigualdade revela que por conta da pobreza das famílias, muitos jovens desde cedo começam a trabalhar para ajudar no sustento da mesma. Essa situação acarreta que a falta de políticas públicas que contribua para a transformação dessa realidade, deixam os cidadãos iaquenses reféns de uma estrutura que reproduz massivamente a desigualdade social, refletindo no não acesso e no abandono do direito a educação.

Assim, essa situação reproduzida pelas famílias em contribuir para evasão dos alunos na escola, nos revela que, a própria família não tem a dimensão do que seja a educação, conseqüentemente, acabam reproduzindo, muitas vezes, o que acabou acontecendo com os membros mais antigos, ou seja, a evasão é um fenômeno histórico, político e social que acaba prejudicando os indivíduos por conta de ineficiências de políticas públicas. Assim, a superação dessa realidade, pode e deve ser potencializada pelo o trabalho intersetorial entre as diversas instituições que trabalham com a oferta de serviços sociais aos indivíduos na tentativa de superar essas adversidades econômicas, políticas e sociais.

De acordo com os dados do IBGE 2010, cerca de metade da população vive ou convive com a pobreza:

Tabela II - Proporção de abaixo da linha de pobreza e indigência em laço



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Apesar de em 10 anos muito ter mudado nas políticas sociais do município, alterando a realidade de muitas famílias, ainda se vê uma estrutura desigual que acaba aumentando as desigualdades e contribuindo para o abandono da escola. A própria falta de oportunidade no município contribui também para a migração da população para áreas ditas mais desenvolvidas, principalmente, as regiões do sudeste do país e as áreas mais populosas do Estado. Isso nos revela que, a falta de emprego, o aumento da desigualdade, não só contribui para o abandono da escola, mas, também, para o abandono da região.

A família na pequena cidade de laço se encontra em um estado de desespero tão alarmante, que só consegue enxergar oportunidades longe da região da Chapada Diamantina e até mesmo do próprio nordeste. Assim, esta família tenta a sorte longe do seu habitat de pertencimento. Nota-se que essa realidade é vivida em quase todo o nordeste, por conta da falta de oportunidades e de políticas públicas. Os cidadãos vão à busca de lugares mais prósperos para viverem, mesmo que para isso surjam riscos maiores no que tange a qualidade de vida dos grandes centros. Apesar desse fato, a educação ainda é tida como o instrumento de superação dessa realidade, portanto, torna-se necessário um investimento massivo no acesso da mesma, mas, também, na permanência dos alunos no meio escolar, pensando em

mecanismo que alterem os indicadores de rendimento (aprovação, reprovação e abandono). Logo, essa transformação deve ser fomentada mediante o investimento na qualidade do ensino, que necessariamente passa pela valorização dos profissionais ligados a educação e pela melhoria nas condições de trabalho.

O Ensino Médio também é ofertado no município, sendo competência do Governo Estadual garantido pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) como última etapa da educação básica. A oferta no município de laço é realizada em duas modalidades: Integrado (Ensino Médio e Técnico com os cursos Técnico em Agropecuária e Suporte e montagem em Informática) e regular em apenas um colégio que comporta toda a demanda do município. Nota-se que, recentemente o distrito de João Amaro ganhou um anexo do Colégio estadual, isso acarretou com que diminuísse o fluxo de estudantes advindos da zona rural para estudarem no núcleo central na área urbana.

Hoje o colégio e o anexo comportam 39 turmas (33 na zona urbana e 6 turmas na área rural divididos em 3 turnos) com um atendimento a cerca de 1600 alunos.

A maioria dos alunos que se matriculam no Colégio Estadual para cursarem o ensino médio é oriunda do ensino público ofertado pela Secretaria Municipal de educação, ou seja, são os alunos do ensino fundamental que querem dá continuidade aos estudos.

Um dos grandes desafios analisado durante a pesquisa e as entrevistas realizadas com a Diretora do colégio e com os professores, foi à falta de diálogo e do trabalho intersetorial entre a Secretaria Municipal de Educação e o Colégio Estadual no que se refere um Plano Municipal de Educação consistente, no qual, contribua para a qualidade da educação e faça com que os níveis de evasão e abandono escolar por parte da comunidade diminua. A não comunicação entre as diferentes esferas (municipal e estadual) que ofertam os serviços de educação no município vem a contribuir de forma direta e indireta no acesso e na permanência por parte dos alunos na educação do município. Isso nos revela que, a falta de um plano de ação e não realização de um trabalho intersetorial faça com que os problemas que surgem no decorrer do ano letivo não sejam superados por falta de apoio das entidades que ofertam serviços sociais no município, igualmente, a falta de um trabalho

consistente em rede, faz com que não haja uma superação desses problemas e que a educação não consiga realizar o seu papel fundamental que é levar conhecimento a vida do estudante e possibilite a transformação da mesma.

Tabela III - Taxa de frequência líquida no Ensino Médio

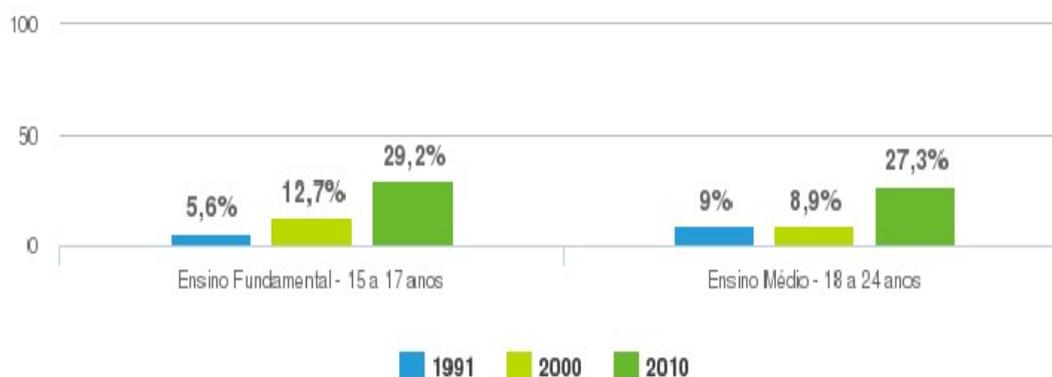


Fonte: IBGE - Censo Demográfico

A tabela III menciona a taxa de frequência líquida do Ensino Médio no município, mostrando os avanços em 20 anos da educação. Nota-se que apesar do avanço, apenas 31,8% dos alunos entre 15 e 17 anos estão na faixa adequada do ensino, ou seja, ainda 63,2% dos alunos estão fora da escola ou em idade/série inadequada. Isto revela uma ineficiência enorme no que tange o ensino fundamental, como já analisado acima. Assim, vale ressaltar, novamente, a importância da oferta do ensino fundamental de qualidade que estimule o estudante a permanecer na escola e para, além disso, que o estimule, também, a cursar o último estágio do ensino básico, ou seja, o Ensino Médio. Logo, a importância de um trabalho consistente entre a Rede de Ensino do município que aí está inclusos a oferta realizada pela Secretaria de Educação Municipal e pelo os Colégios Estaduais do Governo Estadual, devem ser priorizadas criando propostas de inclusão e políticas de garantia de permanência e estímulo aos alunos.

Cabe a este trabalho lembrar que, o Ensino Fundamental de qualidade é essencial para o estímulo do aluno em continuar frequentando a escola nas suas variadas modalidades de ensino, portanto, a universalização do ensino é uma ótima proposta, contudo, devem ser aliadas a uma ideia qualitativamente adequada as realidades de cada localidade e região, já que, o que observamos neste trabalho é uma tentativa de uma pseudo-universalização, pois, além de não garantir a todos a possibilidade do acesso, ainda aos que garantem as vagas são altos os índices de abandono e evasão escolar, contribuído também pelos baixos índices de aprovação em relação à reprovação. Assim, fica a dúvida quanto à qualidade dos serviços prestados e justifica a ineficiência da educação no pequeno município.

Tabela IV – Taxa de Conclusão no Ensino Fundamental e Médio



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Realmente, o grande desafio da Rede de Educação do município é alterar a realidade vivida no cotidiano, mesmo garantindo o acesso a escola ainda é um desafio a sua consumação no que tange a qualidade do ensino. A taxa daqueles que concluem ainda é extremamente baixo se comparado com aqueles que desistem ou abandonam a escola, ou seja, praticamente apenas 1/3 daqueles que ingressam na vida escolar estão se formando, de acordo com os dados acima da tabela IV. Isso revela que, por diversas intempéries o aluno está sujeito a abandonar a escola sejam por adversidades da vida ou por

questões políticas, sociais ou pedagógicas. Essa realidade vale para qualquer modalidade de ensino do Infantil ao Ensino Médio.

Ao analisar a tabela IV que traz os dados acerca da taxa de conclusão do Ensino Fundamental e Médio no município, ficam nítidos os números do abandono e da evasão escolar, dos 27,3% que se formam nas idades de 18 a 24 anos no ensino médio, um excedente de 72,7% fica fora da escola ou não estudam mais. Se a taxa de abandono no Ensino Fundamental é alta, no Ensino Médio torna-se mais precária.

Em uma pesquisa realizada pela direção do Colégio Estadual para conhecer o perfil do aluno nos seus variados turnos foi revelada uma interessante realidade. Os alunos do curso matutino, pouco contribui para a evasão e a desistência dos estudos, sendo um aluno mais jovem, ou seja, que está na idade correta de ser formar, sem atrasos, normalmente é um aluno da zona urbana e quando a desistência ocorre é por conta de uma gravidez indesejada ou falta de estímulo do mesmo para permanecer estudando.

Já o aluno do turno vespertino está em volta de muitas dificuldades para conseguir estudar, primeiramente, é um aluno que advém da zona rural, sendo que cerca de 90% dos alunos desse turno são oriundos das diversas localidades do município, precisando sair cedo de suas localidades para chegar a tempo da aula. Assim, pegam transportes, muitas vezes, em condições precárias para poder chegar antes dos portões do Colégio fechar. Desse modo, as condições de acesso e permanência na vida estudantil correm sérios riscos, pois, não se pensa em abrir mais anexos dos colégios estaduais nas localidades desses estudantes, os mesmos se quiserem estudar terão que sair de suas localidades, portanto, a dificuldade em aliar o transporte, a localização e até mesmo a alimentação (já que muitos saem de casa sem comer por conta do tempo) acaba contribuindo para o desestímulo e o abandono da vida estudantil.

Por último e não menos importante está o aluno do turno noturno, este aluno, normalmente está em atraso com a questão idade/serie, é um aluno que por muitos motivos abandonou a escola e só agora teve condições de dar continuidade aos estudos. Essa volta às aulas desse perfil de estudante revela que, o mesmo trabalha e já constituiu família, ou seja, tem inúmeras dificuldades em conciliar trabalho, escola e família, além do mais só existe o

curso ofertado tanto pela esfera municipal quanto pela esfera estadual durante o período da noite, deste modo o aluno acaba desistindo por falta de opção de horários, pois, o mesmo tem outras prioridades, trabalho e família, deixando de lado a formação pessoal.

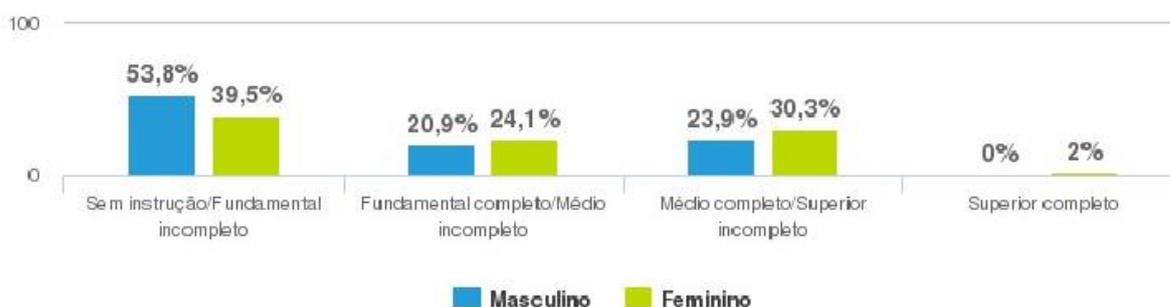
Pensar e intervir na realidade dos alunos é contribuir para a sua permanência, infelizmente, o Colégio Estadual apenas fomentou a pesquisa e não interviu da maneira correta, devendo sim se organizar de tal modo que possa contribuir para diminuir as desistências desses alunos, nestes termos, tornam-se extremamente necessário os trabalhos ligados às instituições que ofertam serviços sociais no município, deste modo, o trabalho integrado aos diferentes órgãos são essenciais e estratégicos para a superação dessa realidade, pois o trabalho em rede fomentado pelos os diversos equipamentos, além de contribuir para a diminuição do abandono, consegue fazer um papel de sensibilização/conscientização entre os jovens e adultos acerca da importância da educação e dá continuidade da mesma, além disso, ainda fomenta a cidadania garantindo tal direito.

A questão dos métodos de ensino também é vista como uma barreira. Apesar dos professores terem uma boa formação e conteúdo, as aulas ministradas por eles nem sempre são estimulantes, revelando que as aulas são insatisfatórias, não instigando os estudantes, por outro lado, os educandos não estimulam os professores a mudarem essa realidade. Esse ciclo vicioso confirma o não comprometimento tanto dos profissionais quanto dos alunos, tornando uma aula monótona, desinteressante e desestimulante para ambos envolvidos no processo de educação.

Por fim, o Ensino Médio acaba não sendo um período decisivo e de intensas mudanças na vida dos educandos, sendo um processo comum na vida dos estudantes. Apesar de muitos ainda quererem continuar estudando, cursando um curso técnico ou o Ensino Superior. Assim, o ensino médio é visto apenas como um processo corriqueiro que deve ser findado, para o estudante ser encaminhado ao mercado de trabalho. Infelizmente, o município de Iaçua não tem potencialidade e perspectivas para o processo contínuo de formação dos estudantes. Os jovens que querem ingressar em Universidades ou Centros de Formação acabam, tendo que ir embora, afastando-se da família em regiões distantes ou Estados mais desenvolvidos, ficando sem rumo e sem

perspectivas de continuarem a morar no pequeno município. Como a Universidade mais próxima de laço é a UNEB em Itaberaba (Cerca de 30 km), alguns jovens e adultos continuam a sua formação em laço, tendo que todos os dias ir a cidade vizinha para estudar em transportes oferecidos pela Prefeitura Municipal.

Tabela V - Percentual da população de 18 a 24 anos, segundo o nível de instrução e sexo – 2010.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Ao analisarmos a Tabela V acima, veremos o grau de instrução distribuídos por sexo na cidade de laço. Fica nítido a diferença entre homens e mulheres quanto o nível de instrução. As mulheres têm mais acesso e condições de permanência que os homens, contudo, as condições variam imensamente no que tange o ensino superior, sendo este quase que recluso a participação da população masculina.

De acordo com o Censo 2010, cerca de 7736 habitantes da cidade ainda são analfabetos, isso significa que a escola necessita abrir vagas para este público garantindo o acesso e a permanência, já que o direito a educação é de todos. Para tanto, torna-se necessário o incentivo no que tange a sensibilização e mobilização dos jovens e adultos que estejam nesse perfil, já que é um número extremamente alto para uma cidade pequena.

Assim sendo, o município, também oferta a Educação de Jovens e Adultos, sendo uma necessidade recorrente da realidade da cidade, já que existe um número alto de abandono e evasão escolar. A atenção que esta

demanda requer vai além dos compromissos com a expansão do número de matriculados ou de vagas ofertadas nos estabelecimentos oficiais. Neste modo, a necessidade estende-se para as metodologias de ensino que possam contribuir para a permanência dos educandos, a qualificação do corpo docente, as especificidades do material didático e das orientações pedagógicas, estimulando o aluno a permanecer cursando e concluir o seu processo educacional. Assim, o grande desafio do EJA e do PROEJA é destinar à quantidade de vagas necessárias a demanda real de laço, como, também potencializar a necessidade de sensibilização e mobilização desse perfil de jovens e adultos em defasagem a ingressar e permanecer na escola. Vale ressaltar que, até 2004 o município não ofertava o Ensino de Jovens e Adultos, ficando sob responsabilidade apenas da esfera Estadual ofertar esse tipo de serviço, só a partir de 2005, começou a ser ofertar esse tipo de serviço, ampliando massivamente seus esforço na elaboração de uma proposta que enfatizasse as necessidades reais desse público.

Os alunos a partir dos 15 anos de idade, analfabetos ou semianalfabetos que não puderam concluir seus estudos na idade correta são oportunizados de concluí-los. O curso funciona no turno noturno, tanto pelo o município como pela a esfera estadual, e para tanto foi criada uma proposta pedagógica regulamentada da EJA e PROEJA respeitando as especificidades desse público, oferecendo a essa clientela uma educação próxima da sua realidade.

A grande diferença entre o EJA ofertado pela esfera municipal e o PROEJA pela esfera Estadual é a possibilidade de após a conclusão do curso o aluno sair formado com um curso técnico, já que, o PROEJA (Programa Nacional da Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) ofertam cursos profissionalizantes aos educandos, sendo muito procurado no município por conta dessa realidade. O curso ofertado no Colégio Estadual é o Curso Técnico de Montagem e Suporte em Informática.

Como já analisamos acima, a realidade do aluno do turno noturno difere dos alunos dos turnos matutino e vespertino. Normalmente, é um aluno que já constituiu família e por conta dessa realidade trabalha, tendo o único tempo livre para o estudo durante a noite, entretanto, há ainda algumas lacunas a serem preenchidas para melhor atender essa demanda, como a elaboração de

um calendário escolar específico, que atenda ao horário de estudo do aluno, pois o calendário vigente apenas legitima a atuação das ações da EJA e PROEJA no turno noturno e nem todos tem disponibilidade para esse horário. Portanto, torna-se necessário identificar, qual a real dimensão da demanda a ser atendida, através de dados estatísticos do IBGE e da Rede de Ensino do Município, para tentar mobilizar a inclusão desses alunos por meio de divulgação entre os diversos órgãos que ofertam serviços aos cidadãos, também, promover por meio de anúncios e campanhas a sensibilização/conscientização da importância de concluir ou ingressar na vida estudantil.

Um dos grandes desafios para qualquer município brasileiro é a oferta de serviços de Educação Especial, com o pequeno de laço não seria diferente, assim, a oferta da educação especial são oferecidos nas escolas no ensino regular, por meio das salas de recursos multifuncionais, sendo esse trabalho feito de forma individual e com estudo de conteúdo curricular adequado conforme as necessidades de cada criança.

Mesmo tendo conhecimento da importância da inclusão com qualidade, a rede de ensino ainda não conseguiu oferecer aos educandos com necessidades especiais um apoio especializado por classe, bem como profissionais capacitados, a ponto de se sentirem aptos a acompanhar e oferecer uma educação de qualidade, contudo, os serviços ofertados possui uma equipe composta por psicopedagogos e coordenadores exclusivos para desenvolver o trabalho de educação especial, com o intuito de assessorar os professores na tentativa de materializar um trabalho eficiente com esse público específico no processo de inclusão, produzindo e reproduzindo o direito de aprender com mais coerência e adequação a realidade de cada um.

É um desafio ofertar este tipo de educação no pequeno município, já que necessita de profissionais qualificados que nem sempre na região se encontra, portanto, diante dessa realidade, a Secretaria Municipal de Educação, tem efetuado matrículas de alunos em escolas de municípios vizinhos que prestam um acompanhamento mais específico.

O processo educacional no município ainda tem muito a avançar no que tange qualidade de ensino e condições de permanência em suas variadas modalidades, portanto, a educação deve ser tratada com respeito, tanto pelo os

profissionais ligados diretamente com a gestão á aqueles ligados diretamente com o fomento do ensino ao público. Assim, a educação torna-se um dever de todos, a sua tríade (Aluno, Professores, Família) devem sim ser potencializadas, trazer a família para dentro da escola não é um motivo de fiscalização, mas, sim a possibilidade de construção de um ideário pautado na construção da escola que temos e aquela que queremos com a participação ativa da comunidade em si.

Assim, após analisar como se materializa a Rede de Ensino do município de laçu, distribuídos entre a rede municipal e a rede estadual, fica clara a negação da cidadania para inúmeros cidadãos. A garantia do acesso à escola faz parte do exercício da cidadania, já que esta preconiza a orientação das vivências pessoais e coletivas, ou seja, é a partir dela que aprendemos o saber dos direitos e dos deveres para com a sociedade. Entretanto, a não permanência dos alunos no ciclo estudantil revela que há um rompimento inegável com o exercício contínuo da cidadania que é estabelecido em lei.

A educação, tal como a família e a sociedade devem sensibilizar e fomentar condições de acesso na construção dos direitos, mas, principalmente dos deveres dos sujeitos. Para a realização da cidadania, o princípio democrático deve ser o ponto norteador, sendo indispensável à participação popular nas tomadas de decisão, portanto, a educação tem papel central na constituição e disseminação dessas ideias para a construção da sociedade democrática e no processo de politização dos indivíduos.

O processo de alienação que se engendrou na sociedade capitalista, já foi analisado nesse trabalho, está distribuído intensivamente e se manifesta nas variadas relações sociais. A cidadania que faz parte desse sistema desigual e perverso, a ela é dada a ideia de que a sua consolidação garantiria a superação das desigualdades, contudo, vemos que diariamente que a garantia da cidadania é quase um privilégio, inclusive manifestada no pequeno município de laçu.

A educação nos dias atuais tem a atribuição de transformar a sociedade, sendo a mesma responsável pela a garantia da disseminação das ideias de que o acesso a educação possibilita a ascensão social, porém, a escola dos dias atuais é fruto da sociedade capitalista, reproduzindo a sua lógica, seus valores e desvalores, por isso a própria escola é desigual, tendo um papel

especial na disseminação das ideias da ordem burguesa, não possuindo autonomia para transformar no sentido de superar a sociabilidade capitalista.

De fato, a educação na lógica, na qual, está implantada nos dias atuais pode alterar muito pouco a realidade diante de tal complexidade política e econômica como se engendra no capitalismo. As inúmeras práticas pedagógicas desenvolvidas nos muros e grades de dentro da escola se veem limitadas no tange o despertar das consciências dos sujeitos em serem donos da sua própria história. Mesmo com essa realidade, acredito que o processo educacional é fundamental para o amadurecimento da consolidação de outra sociabilidade com norteio para a emancipação plena dos indivíduos e a superação das desigualdades, mas para isso é fundamental que se garanta a continuidade e a permanência dos sujeitos nos processos educacionais em seus variados níveis.

Assim, o que se materializa no município de laçu é a tão falada cidadania formal, ou seja, na lei são estabelecidos preceitos que devem ser respeitados por todos os entes federados (Município, Estado e Federação), contudo, a efetividade real do cotidiano nos revela que ainda há um longo caminho para a consolidação da cidadania plena ou cidadania real e mais longo ainda para a emancipação da humanidade. Se a cidade de laçu é um reflexo do que acontece no Brasil em uma escala micro, em escala macro acontecem maiores e mais intensificadas opressões na não consolidação do direito.

Defender a mudança é ponto crucial para a superação dessa realidade, portanto, o processo da cidadania plena deve sim se respaldar no predomínio da consolidação da emancipação humana, pois, esse processo é essencial para o entendimento do que seja a emancipação, contudo, deve-se diferenciar, já que, a cidadania não exclui a sociabilidade do capital, muito pelo contrario, a mantém legitimando as suas múltiplas desigualdades, enquanto a emancipação torna-se livre de opressões e desigualdades. Todavia, o processo de despertar da consciência, anda a passos lentos. Segundo Arroyo (2004,p.77): “Essa gente comum este e está mais presente na historia de sua constituição como cidadão do que a historia oficial nos mostrou, e ao mesmo tempo, a gente está mais ausente da cena politica do que gostaríamos que estivéssemos”. De fato, o povo unido ainda é, em termos práticos para os dias

atuais, uma utopia, mesmo que passível de ser transformada. Será o caminho para a emancipação ligada diretamente a questão do acesso da educação, a educação provoca e emancipação ou distribuí imbutidamente a alienação? Enfim, muitas perguntas provocativas, mas que não cabe a discussão nesse momento.

4. CONCLUSÃO

A título de conclusão podemos destacar a influência do processo histórico da formação do Brasil contemporâneo, este influenciou direta e indiretamente no acesso e permanência à educação da sociedade brasileira. Foram quase cinco séculos de descaso e abandono com essa questão, sendo, muitas vezes, um privilégio para poucos.

A realidade da educação começa a mudar com a promulgação da república, mesmo que minimamente, possibilitando o acesso de determinadas camadas a educação, mas a sua democratização efetiva só começa a ser possível com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Nesses 26 anos de Constituição muita coisa no Brasil mudou no que tange a política, economia e sociedade.

O projeto de nação preconizado na Constituição de 1988 ainda sofre com inúmeros desafios, romper com a herança cultural que se manifesta até os dias atuais é um desafio cotidiano, contudo, passível de ser superado. A garantia de acesso a direitos sociais é indispensável para a superação desses ranços históricos, apesar disso, o exercício de deveres, principalmente, de participar, deve ser sim, encorajado, em todos os âmbitos, daí a importância da educação em sua finalidade de garantir o exercício da cidadania, entretanto, não é apenas a educação o antídoto para todos os males que se engendram na sociedade brasileira, a mesma como política pública é um instrumento necessário a todos, na garantia do desenvolvimento da pessoa humana e conseqüentemente do desenvolvimento da sociedade, representando, muitas vezes um aparelho para o progresso. Nesse sentido, Rossi revela que “não é afinal na educação que se encontrará a solução para todos os problemas da desigualdade e da miséria, cuja solução não se poderá obter sem se alterar a distribuição da riqueza e da renda, pela alteração das relações sociais de produção”.

Assim sendo, a garantia da educação deve ser universal, garantindo a todos o acesso e a permanência em suas variadas modalidades, independente das adversidades de cada localidade, seja esta zona rural ou zona urbana,

grandes centros ou pequenas cidades, sendo quantitativamente distribuída e qualitativamente concentrada.

A finalidade da educação também deve ser analisada nesta conclusão, como vimos, na cidade de laço a educação tem por finalidade o exercício da cidadania, como é preconizado no marco legal brasileiro, entretanto, a cidadania plena ou gozo da cidadania, no que tange a garantia dos direitos ainda deixa muito a desejar quando a realidade é posto a prova.

Cidadania é um tema abrangente, não se finda apenas na garantia do acesso e na permanência na educação, é muito mais que isso, além disso, significa, também, participação, que muitas vezes foi negada, desencorajada, despontecializada ao longo dos tempos e até mesmo nos dias atuais, portanto, em um conceito breve, cidadania seria participar para incluir e incluir para participar na garantia dos direitos fundamentais e no exercício cotidiano dos deveres diários.

Com a negação da cidadania por quase 500 anos de história não será de um dia para o outro que todos os problemas no Brasil vão ser resolvidos, ainda existe uma longa escada com grandes e pequenos degraus no caminho da formação cidadã do povo brasileiro.

5. REFERENCIAS

ARROYO, M. **Educação e exclusão da cidadania**. In ARROYO, Miguel; BUFFA, Ester; NOSELA, Paulo (orgs.) Educação e cidadania: Quem educa o cidadão? São Paulo: Cortez, 2004.

AZEVEDO, Fernando. **O sentido da educação colonial**. In: **A Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1943. p.289-320.

AZEVEDO, Fernando. **A educação pública em São Paulo**: Problemas e discussões. Inquéritos para o Estado de S. Paulo. São Paulo: Nacional, 1953.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília : 1996.

BRASIL. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providencias**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As Aulas Régias no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**: Vol. I. - Séculos XVI-XVIII. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p.179-191.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COUTINHO, C.N. **Notas sobre cidadania e modernidade**. In: Contra a Corrente. Ensaios sobre democracia e socialismo (pp.30-69). São Paulo: Cortez, 2000.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 2005.

Lei Municipal nº017/97 de 23 de dezembro de 1997 – **institui o Sistema Municipal de Ensino e cria o Conselho Municipal de Educação**.

Lei Municipal nº 024/2011, **dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Alimentação**;

Lei Municipal nº003/200 de 20 de março de 2009, **institui o Plano Municipal de Educação**

MARSHALL, T. H. A. **Cidadania, classe social e status**. Trad. Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

MOURA, Aline Beltrame. **O discurso da cidadania em Marshal:** a influência do modelo clássico na teoria jurídica moderna. Jurisvox. Patos de Minas: UNIPAM, (10):22-34,2010.

NADAI, E. **História do Brasil: da Colônia a República.** 13 ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira Republica,** EPU-MEC, 1976.

RAMOS, Fábio Pestana. **Para entender a história...** ISSN 2179-4111. Ano 2, Volume fev., Série 07/10, 2011, pag. 01 – 14.

ROMANELLI. Otaíza. **História da educação no Brasil (1930 a 1973).** Petrópolis: Vozes, 1986.

ROSSI, Wagner Gonçalves. **Capitalismo e educação,** São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia.** Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008. 112p (Coleção Educação Contemporânea).

SHIROMA, E. O. **Política Educacional.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. - **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987. 175p.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital / Ivo Tonet –** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.-2-ed.rev.93.